



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

Vara do Trabalho de Guaratinguetá

Julho/2024





SOS/RS-15

Chave PIX
falecom@amatraxv.org.br



Em nome de "AMATRA XV"



SUMÁRIO

Apresentação	4
Diagnóstico	10
Audiências e Produtividade	13
Fase de Conhecimento	27
Fase de Cumprimento de Sentença	32
Metas CNJ	43
Arrecadação	45
Deliberações Finais	46



1. APRESENTAÇÃO



#ParaTodosVerem: foto de Sua Excelência o Desembargador Vice-Corregedor **Manoel Carlos Toledo Filho**

Em 2 de Julho de 2024, Sua Excelência o Desembargador **MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO**, Vice-Corregedor Regional, em cumprimento ao artigo 29, II, do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 11/2024, disponibilizado no DEJT, caderno judiciário de 25/6/2024, página 1.760.

A Equipe de Correição

Vlademir Nei Suato

Adilson Sergio Bertoldo Junior
Alessandra Santos Terçarioli da Silva
Angela Cornacini

Edna Mitiyo Yoshioka Lanfredi
Flavia Andre Carbonieri

Giovana Elisa Ribeiro Berteli Costa
José Vanderlei Pagan

Lilian Lawall Guedes
Luiz Antônio Bueno

Marcos Antônio Mendes
Maria Luisa Prando dos Santos Martins

Natália Magnani Salomão
Nivia Silva Pedrosa Franceschi
Suely Suzuki

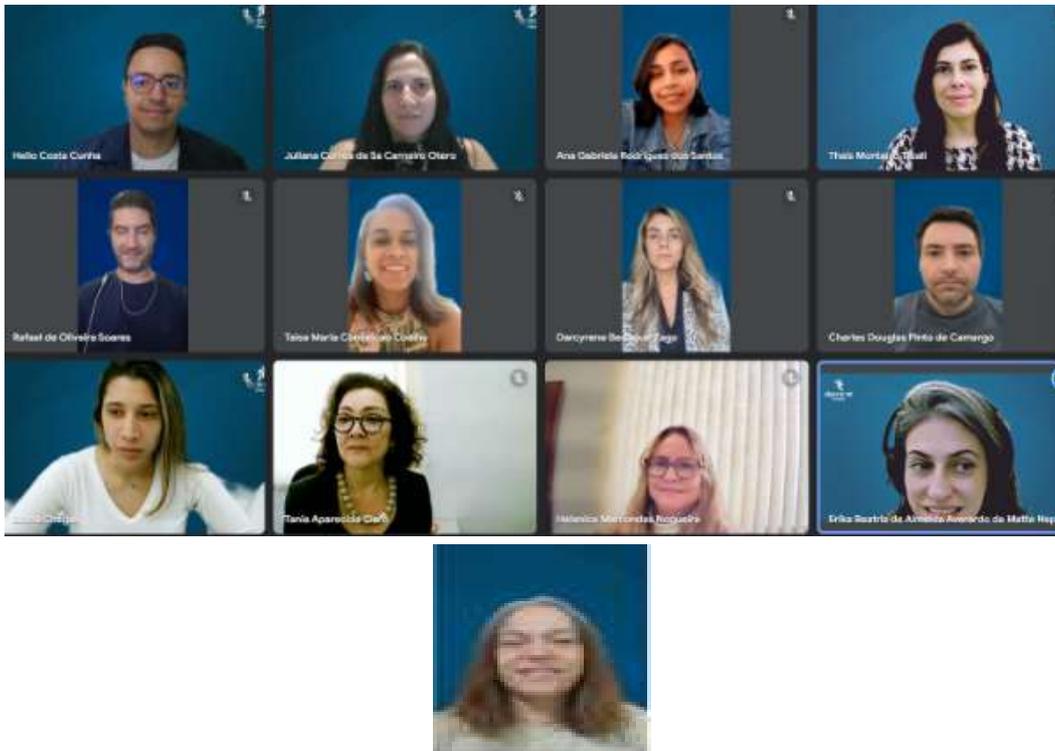
Atualmente, a equipe de correições é composta por **profissionais especializados** responsáveis por elaborar a Ata Correicional, dedicando-se de maneira detalhada aos **dados estatísticos e mantendo uma abordagem atenta à realidade da Unidade.**



Vara do Trabalho de Guaratinguetá

PJeCOR	
0000671-25.2021.2.00.0515	2 de Julho de 2024
	Juíza Titular TÂNIA APARECIDA CLARO Juiz em Auxílio Fixo ELIAS TERUKIYO KUBO

A Equipe da Vara do Trabalho



#ParaTodosVerem: foto com a equipe da Vara do Trabalho de Guaratinguetá Primeira fileira, da esquerda para a direita: Hélio, Juliana, Ana Gabriela e Thaís. Segunda fileira, da esquerda para a direita: Rafael, Taíse, Darcylene e Charles. Terceira fileira, da esquerda para a direita: Luana, Dra. Tânia Aparecida Claro (Juíza Titular), Helenice, Érika e Cláudia. Não estão na foto: Dr. Elias Terukiyo Kubo (Juiz Substituto), Érica, Fabíola, Renata, Sandra e Frederico



Vara do Trabalho de Guaratinguetá

Lotação atual da Unidade:	10 servidores
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019 (sem adicional):	11 servidores
⚠ “DELTA” da Vara:	- 1
Lotação atual de Oficiais de Justiça	2 oficiais
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019	2 oficiais
⚠ “DELTA” dos Oficiais de Justiça:	DE ACORDO

- A servidora Claudia Cristina de Campos Camargo é assistente da Juíza Titular, e atua em teletrabalho (PROAD 17914/2018). A servidora Fabiola Menecucci é assistente do Juiz em Auxílio Fixo, e atua em teletrabalho (PROAD 17419/2018).
- Além dos assistentes, há três servidores atuando em regime de teletrabalho: Rafael de Oliveira Soares (PROAD 15520/2022), Juliana Correa de Sá Carneiro Otero (PROAD 10307/2022) e Renata Matie Anan Sato Marota (PROAD 2104/2023).
- Os oficiais de justiça Érica Lopes Silva e Hélio Costa Cunha, atuam na Unidade.
- Existem três estagiários lotados na unidade: Ana Gabriela Rodrigues dos Santos, pelo Centro de Integração Empresa Escola, Frederico Wenzel e Luana das Chagas Souza, do convênio com o Município de Guaratinguetá.

VALE LEMBRAR

- Os modelos de trabalho presencial e teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, deverão observar os termos do Ato Regulamentar nº 10/2018, com alteração da Resolução Administrativa nº 3/2023.



Vara do Trabalho de Guaratinguetá



Jurisdicção: Cunha e Guaratinguetá
Lei de criação nº: 6.563/78
Data de instalação: 13/2/1979

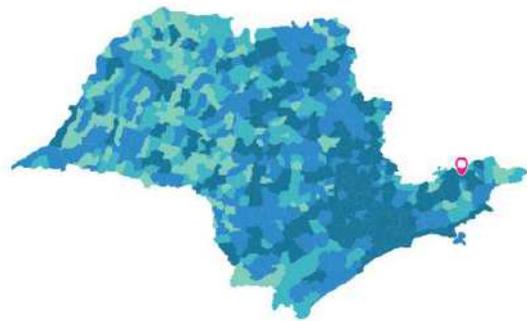
Informações da localidade:

Município do estado de São Paulo localizado no Vale do Paraíba, cuja população, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e conforme o último censo, de 2022 totaliza 118.044 pessoas.



Fonte: Jornal de Guaratinguetá

#ParaTodosVerem: foto da cidade

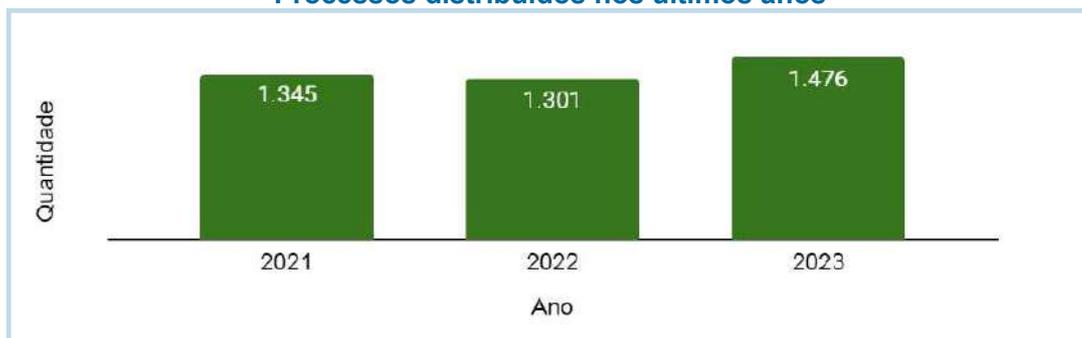


Fonte: IBGE, 2024

#ParaTodosVerem: imagem do mapa do Estado de São Paulo, com destaque para o município de Guaratinguetá.

Faixa de Movimentação Processual [1.001 a 1.500 processos]

Processos distribuídos nos últimos anos



A faixa de movimentação processual é calculada com base na média dos processos distribuídos nos três anos anteriores.

Em 2024, até o mês de abril, foram distribuídos 516 processos.



Missão do Tribunal Regional da 15ª Região: realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Fonte: Plano Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026

**“CON” + “REGERE” = CORREIÇÃO
= REGÊNCIA EM DUPLA.**



#ParaTodosVerem: foto de mãos unidas.



#ParaTodosVerem: foto de peças de quebra-cabeça sendo juntadas.

A origem da palavra "Correição" remonta ao latim, derivada de "regere", que significa "deixar como deve ser", combinado com o prefixo "com", que denota "junto de". Nesse contexto, o propósito da correição não se limita apenas à correção de erros, mas, de maneira conjunta, visa alinhar procedimentos para aprimorar o atendimento ao jurisdicionado.



CANAL DE COMUNICAÇÃO



#ParaTodosVerem:
desenho de três pessoas
de mãos dadas sobre três
peças unidas de
quebra-cabeça, uma das
pessoas com a mão
estendida para uma
quarta de pé sobre outra
peça, separada das
demais.

A Corregedoria Regional reconhece que os **dados estatísticos**, por si só, não são suficientes para determinar o desempenho de uma Unidade. É imprescindível uma **análise conjunta dos dados coletados e das circunstâncias específicas** em que a Unidade judiciária opera. Essa abordagem permite extrair **parâmetros relevantes para a gestão e aprimoramento** da prestação jurisdicional local. O ponto de partida para esse processo é a consideração da **experiência singular da Unidade e de sua equipe**.



A Corregedoria preserva um canal de comunicação com a primeira instância e **mantém contato com a Unidade** para conhecer as ocorrências relevantes desde a última autoinspeção para aprimoramento dos dados para a correição anual.



2. DIAGNÓSTICO



- Consultas realizadas no período de 18 a 24/6/2024.
- ◆ Relatório Correicional anterior com dados de 7/2022 a 7/2023.
- ◆ Relatório Correicional atual com dados de 9/2023 a 4/2024.



Acesse o **Anexo II - Glossário** para obter mais informações sobre os termos e relatórios utilizados e o **Anexo III - Normas institucionais** para o inteiro teor dos normativos.

Após análise dos **dados apresentados no Anexo I - Relatório Correicional**, foram feitas as seguintes constatações:

Macrovisão

	Necessidade de regularizar o regime de teletrabalho das servidoras Cláudia Cristina de Campos Camargo, assistente da Juíza Titular, e Fabíola Menecucci, assistente do Juiz em Auxílio Fixo.
	Necessidade da correta atribuição do rito de procedimento dos processos na designação de audiências no sistema PJe.
	Avaliar a viabilidade de encaminhamento de um maior número de processos com potencial conciliatório para o CEJUSC, da fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
	Houve aumento na Taxa de Conciliação Líquida em relação ao período correicional anterior.
	Houve aumento da quantidade de processos solucionados comparados com o período correicional anterior, com redução dos pendentes de solução, com melhora da taxa de produtividade.
	Redução de processos pendentes de finalização na fase de conhecimento.
	Houve elevação de processos aguardando o encerramento da instrução.



Vara do Trabalho de Guaratinguetá

	A redução do prazo médio, com elevação da idade média, demonstra que a gestão de processos aguardando a realização da primeira audiência e o encerramento da instrução não foi direcionada aos processos mais antigos necessariamente.
	Redução do prazo médio acumulado da fase de conhecimento.
	Aumento dos processos baixados, reduzindo o congestionamento na fase de conhecimento, em relação ao período anterior.
	Necessidade de condução da gestão para elevar os processos baixados e reduzir a quantidade de processos pendentes de baixa na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, ensejando a redução da taxa de congestionamento na fase.
	Necessidade de gerir a fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, visando à redução do Prazo Médio e Idade Média na Execução com tendência de elevação.
	Necessidade de que a suspensão da etapa de execução forçada ocorra com o encaminhamento dos autos para "Aguardando Final do Sobrestamento" e não por arquivamento provisório.
	Necessidade de registrar as obrigações de pagar das custas das diligências realizadas e apontadas na certidão do oficial de justiça.
	Necessidade de conduzir a gestão para redução do intervalo de tempo para a utilização da ferramenta de bloqueio SISBAJUD, bem como de bloqueios efetivados, mas pendentes de desdobramento.
	Necessidade de gerir as diligências pendentes de cumprimento com o prazo vencido.
	Necessidade da correta utilização do Sistema GPrec.
	Meta 1, Meta 2 e Meta 5 do CNJ foram cumpridas, sendo que o cumprimento das Meta 1 ocorreu em razão da satisfação da cláusula de barreira.





A primeira análise para obter um diagnóstico da Unidade é feita por meio do **Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho - IGEST**.



#ParaTodosVerem: infográfico com os resultados dos cinco mesoindicadores do IGEST da Unidade.



O infográfico traz o resultado do IGEST ao centro e os mesoindicadores que o compõem ao redor (Acervo, Força de Trabalho, Celeridade, Congestionamento e Produtividade).



O resultado IGEST da Unidade teve variação ligeiramente negativa, impactado pela variação do mesoindicador Acervo (processos pendentes).

VALE LEMBRAR

- O encaminhamento dos autos à conclusão, tão logo decorra o prazo para razões finais, contribui para a celeridade processual.
- Contribuem para a redução do congestionamento na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada:
 - remessa de recursos ao E. TRT;
 - redistribuição;
 - arquivamento definitivo.
- Sempre que detectadas, a Unidade promoverá a correção de inconsistências dos registros processuais, a fim de garantir a autenticidade das informações estatísticas disponibilizadas no sistema e-Gestão.



3. AUDIÊNCIAS E PRODUTIVIDADE

3.1. AUDIÊNCIAS

3.1.1. Audiências Realizadas por Modalidade

Fonte: relatório do SAOPJe "Audiências 1º Grau"



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência) e, em linha, com o total realizado, no período de 2021 a 2023.



O gráfico reflete a relação do número de audiências realizadas na modalidade presencial com aquelas realizadas por videoconferência/telepresencial nos últimos três anos.



As audiências são realizadas, preferencialmente, na modalidade presencial, sobretudo as instruções. A depender do pedido das partes e conveniência em cada caso, pode haver a alteração da modalidade para telepresencial.



Atualmente, estão em andamento 340 processos sob o regime do "Juízo 100% Digital", dos quais 110 estão na fase de conhecimento.



Da análise do gráfico observa-se que a Vara realizou audiências de forma prioritariamente presencial em 2023.



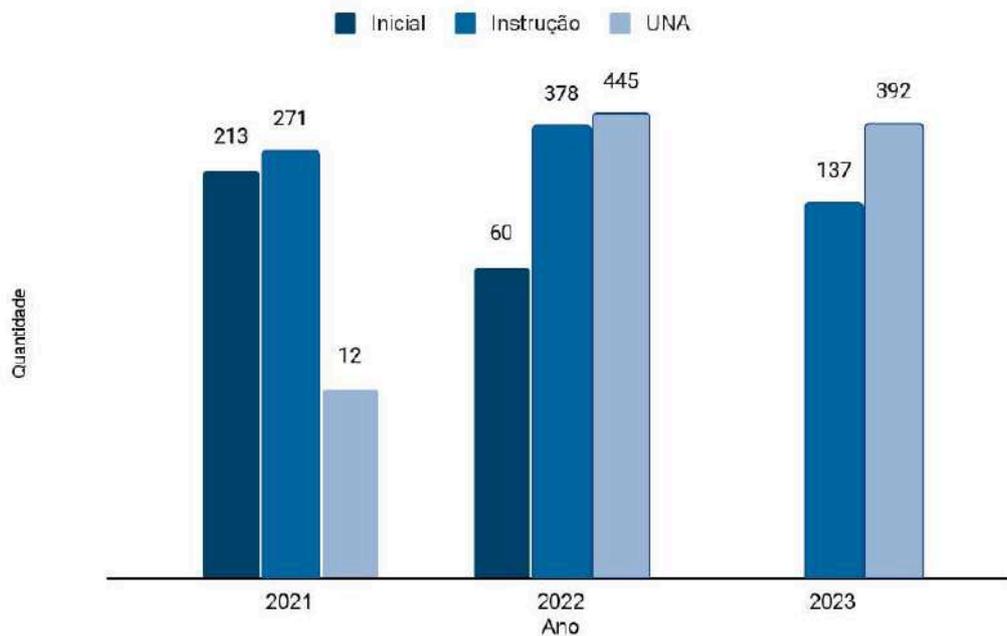
3.1.2. Audiências

Fonte: relatório do SAOPJe “Audiências 1º Grau”.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas e canceladas, no período de 2021 a 2023.

Cancelamento por tipo de audiência



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências canceladas por tipo, no período de 2021 a 2023.



Vara do Trabalho de Guaratinguetá



O termo "cancelamento" é empregado para identificar as audiências possivelmente retiradas da pauta por realocações simples, devoluções de notificações ou solicitações das partes, assim como para aquelas redesignações que buscam antecipar a audiência, mesmo mantendo a mesma data.



Redução da quantidade de audiência canceladas em 2023 em relação ao ano anterior, com consequente diminuição do retrabalho para a Secretaria.



A equipe da Unidade informou que as audiências que são canceladas, em sua grande maioria, são incluídas em nova data e horário no mesmo ato. Portanto, não se trata de cancelamento, mas sim, de redesignação. O cancelamento de audiência, sem redesignação no mesmo ato, ocorre em casos excepcionais.



Informaram ainda que, quando uma audiência é cancelada, ela está sendo redesignada para as seguintes datas:

- Iniciais do rito sumaríssimo: 2/9/2024
- Iniciais do rito ordinário: 2/9/2024
- Unas do rito sumaríssimo: 2/9/2024
- Unas do rito ordinário: 2/9/2024
- Instruções do rito sumaríssimo: 2/9/2024
- Instruções do rito ordinário: 2/9/2024

VALE LEMBRAR

- O cancelamento de audiências demanda a reestruturação da agenda, resultando em uma revisão suplementar e acarretando em investimento adicional de recursos humanos.



Vara do Trabalho de Guaratinguetá

3.1.3. Pauta

Fonte: painel sistema PJe

Pesquisa realizada em 20/6/2024 por amostragem, referente à semana de 22 a 26/7/2024

	Sala 1		Sala 2		TOTAL da UNIDADE
	Presencial	Tele-presencial	Presencial	Tele-presencial	
Inicial (Ord/Sum)	-	-	-	-	-
UNA (Ord/Sum)	15	-	-	-	15
INS (Ord/Sum)	14	-	-	-	14
Conciliação (CON)	-	-	7	-	7
Conciliação (LIQ/EXE)	-	-	-	5	5
TOTAL	29		12		

SALA	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
1 - PRINCIPAL	✓	✓	✓	-	-
2 - AUXILIAR	-	✓	✓	✓	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de audiências designadas por sala (1 - principal e 2 - auxiliar), por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência), por rito e por dia da semana.



A Sala 2 - Auxiliar é utilizada exclusivamente para audiências de tentativa de conciliação.



A Unidade informou que a sala 1 era compartilhada pela Juíza Titular e pelo Juiz Substituto em Auxílio Fixo, porém, em razão da Portaria GP 39/2023, o auxílio fixo passou a ser compartilhado, de modo que não há atuação concomitante da juíza titular e do juiz auxiliar. A sala 2 é utilizada apenas para mediação.



3.1.4. Datas e Prazos para Realização de Audiências (pauta futura)

Fonte: painel do sistema PJe (pesquisa realizada em 20/6/2024)

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência	Designação com regularidade até
		Pesquisa atual (dias corridos)	Pesquisa atual (Data mais distante)
SALA 1 - PRINCIPAL			
INICIAIS/Sum	-	-	-
INICIAIS/Ord	-	-	-
UNAS/Sum	43	68	27/8/2024
UNAS/Ord	58	69	28/8/2024
INSTRUÇÕES/Sum	116	-	-
INSTRUÇÕES/Ord	58	111	9/10/2024
CONCILIAÇÃO	43	-	-

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência	Designação com regularidade até
		Pesquisa atual (dias corridos)	Pesquisa atual (Data mais distante)
SALA 2 - AUXILIAR			
INICIAIS/Sum	-	-	-
INICIAIS/Ord	-	-	-
UNAS/Sum	-	-	-
UNAS/Ord	-	-	-
INSTRUÇÕES/Sum	-	-	-
INSTRUÇÕES/Ord	-	-	-
CONCILIAÇÃO	-	55	14/8/2024

#ParaTodosVerem: tabelas comparativas entre a informação da autoinspeção e a pesquisa atual, contendo as quantidades, datas e prazos para realização de audiências (pauta futura), divididas por sala (juiz titular e juiz auxiliar) e por rito processual.



Vara do Trabalho de Guaratinguetá



Em autoinspeção, constaram apenas as datas das audiências mais distantes, mas não o prazo em dias corridos para a realização delas. Logo, na tabela acima, foi efetuado cálculo com base nas datas informadas, excluindo períodos de recesso forense e de suspensão de audiências.



À época da autoinspeção, a Unidade informou que: "Não são designadas audiências iniciais. Os processos de rito sumaríssimo, em sua grande maioria, são incluídos em pauta de mediação e, caso reste infrutífera, é designada audiência UNA na vaga mais próxima disponível. As audiências são cindidas apenas nos casos de designação de perícia, momento em que a audiência de instrução é designada. O auxílio fixo passou a ser compartilhado a partir de outubro/2023, conforme Portaria GP 39/2023. Assim, atualmente, não há pauta específica para o juiz auxiliar".



São realizadas audiências de mediação na fase de execução ao menos uma vez por semana.



Nos processos 0011289-22.2023.5.15.0020 e 0010092-95.2024.5.15.0020 do rito sumaríssimo, foram designadas audiências como se do rito ordinário fossem, em prejuízo da avaliação da celeridade quanto às instruções do rito sumaríssimo em comparação ao ordinário.

3.1.4.1. Idade Média dos Processos - Da Distribuição até a Prolação da Sentença

Fonte: Sistema e-SInCor (pesquisa realizada em 20/6/2024)

IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS Da Distribuição até a Prolação da Sentença	
RITO	VALOR EM DIAS
Rito Sumaríssimo	75,23
Exceto Rito Sumaríssimo	143,29

#ParaTodosVerem: tabela contendo a idade média dos processos, informando a duração, em dias, da distribuição até a prolação da sentença, por rito processual.

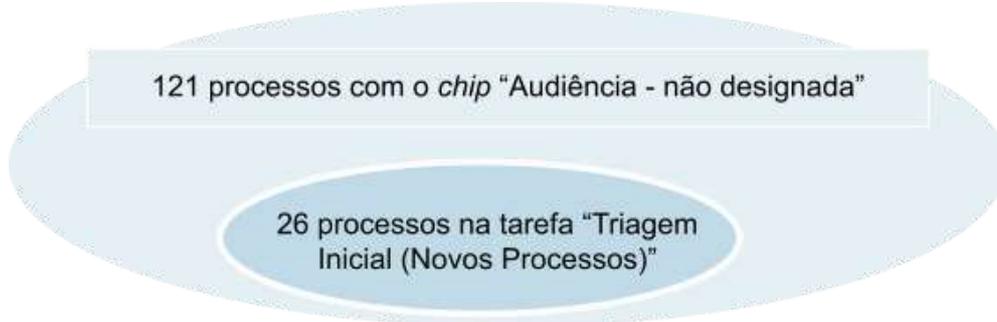


Na tabela acima, a idade média do acervo de processos distribuídos até a prolação de sentença, por rito, na Unidade.



3.1.5. Processos Pendentes de Inclusão em Pauta

Fonte: Painel do sistema PJe (consulta em 20/6/2024)



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos pendentes de inclusão em pauta.



Acima, o infográfico de quantos processos estão pendentes de designação de audiência e, dentre eles, quantos são novos.



Os processos nos quais são partes a União, o Estado, os Municípios e as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público não são incluídos em pauta de imediato. A audiência é designada apenas quando há pedido expreso de alguma das partes, após a apresentação de contestação e réplica. Nesse caso, a audiência designada é de instrução. Nos casos em que há requerimento, a perícia é designada, em sua maioria, no despacho inicial. Cerca de 30% do total do acervo em tramitação.



Dentre os processos com o chip "Audiência não designada", não há quais figuram entes públicos no pólo passivo, para os quais é dispensada a designação de audiência em virtude dos normativos vigentes.



O processo mais antigo na "Triagem Inicial" é o 0010775-35.2024.5.15.0020 e data de 7/6/2024.



VALE LEMBRAR

- Priorizar a inclusão dos processos da tarefa “Triagem Inicial” na pauta de audiências, a fim de se evitar um grande lapso temporal entre o recebimento da ação e a designação da sessão.
- A inclusão de processos pendentes de audiência de instrução, no mesmo ato em que deferirem a produção da prova técnica, independentemente de sua finalização, evita que haja processos sem data de audiência.
- A inclusão de processos pendentes de audiência deve ser planejada de forma a, minimamente, preservar os prazos de audiência identificados.

3.1.6. Agenda do Magistrado

	Clique aqui para a agenda da Juíza Titular
	Clique aqui para a agenda do Juiz Substituto em auxílio fixo



A Juíza Titular e o Juiz Substituto em Auxílio Fixo informaram trabalho presencial em três dias da semana durante o ano de 2024.

3.1.7. Outras Observações

Fonte: Processos consultados por amostragem no sistema PJe

	Indicação na ata da forma de participação		Agenda com vagas disponíveis no SISDOV
	Na ata de audiência do processo 0010502-56.2024.5.15.0020 constou a forma de participação das partes e magistrado.		Existe agenda com disponibilidade para agendamento pelo Juízo Deprecante no município de Guaratinguetá



Vara do Trabalho de Guaratinguetá



Concessão de prazo para juntada de contestação sem realização de audiência



Não foram localizados processos em que o Juízo tenha estipulado, após 29/11/2022, prazo para juntada de contestação sem realização de audiência.



Após a publicação do normativo, passaram a utilizar o *link* único permanente na plataforma Zoom para realização de audiências virtuais.

Configuraram a sala de espera de acordo com o manual disponibilizado no anexo do normativo, incluindo o vídeo institucional com orientações para partes e advogados que ali ingressarem.

O secretário de audiências registra adequadamente o andamento de cada sessão no sistema AUD4 a fim de que o *status* informado no aplicativo JTe demonstre a situação da audiência em tempo real.



Consulta por amostragem na pauta do dia d/m/aaaa, nos processos 0011595-88.2023.5.15.0020 e 0011593-21.2023.5.15.0020, cujas audiências foram designadas em d/m/aaaa, corroboram a informação do uso do *link* único.

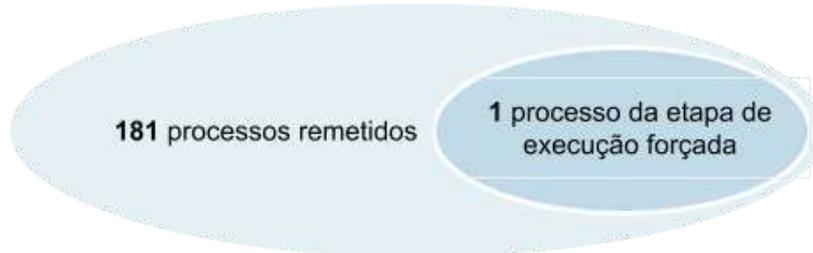
VALE LEMBRAR

- A padronização dos procedimentos nas audiências telepresenciais visa garantir a segurança e eficiência dos atos processuais realizados de forma digital ou eletrônica, bem como assegurar a qualidade do atendimento e serviços prestados ao jurisdicionado e à sociedade.
- Conceitos da norma:
 - I – videoconferência: comunicação a distância realizada em ambientes de unidades judiciárias; e
 - II – telepresenciais: as audiências e sessões realizadas a partir de ambiente físico externo às unidades judiciárias.
- E, a participação por videoconferência, via rede mundial de computadores, ocorrerá:
 - I – em unidade judiciária diversa da sede do juízo que preside a audiência ou sessão, na forma da Resolução CNJ no 341/2020.



3.1.8. Audiências no CEJUSC-JT (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas)

Fonte: sistema e-SInCor, variáveis 90430, 90434 e 90438 - CEJUSC-JT de Taubaté



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos remetidos ao CEJUSC.



O infográfico mostra o encaminhamento de processos para o CEJUSC para as pautas de mediação ou de iniciais.

Além das pautas ordinárias, o CEJUSC é mobilizado para as semanas temáticas promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST).



Constata-se o envio uma quantidade significativa de processos ao longo do período correicional, para inclusão em pauta de audiências no CEJUSC, com destacada predominância de processos da fase de conhecimento em relação à fase de execução.



Necessidade de ampliar o aproveitamento do Cejusc nos processos da fase de execução.



No aspecto, a Unidade informou que o CEJUSC tem sido utilizado para audiências em processos da fase de conhecimento, por haver pauta regular e suficiente de mediação na própria VT para realização das audiências nas fases de liquidação e execução. São encaminhados ao CEJUSC processos de rito sumaríssimo na fase de conhecimento e outros cujo acordo já existente dependa de ratificação da parte e/ou esclarecimento para homologação, considerando, ainda, a existência de vaga mais próxima na pauta.



VALE LEMBRAR

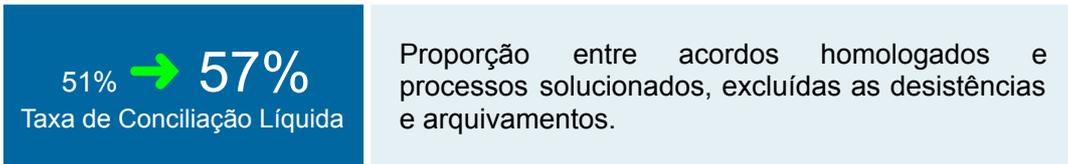
- A inclusão de processos com potencial conciliatório em pautas de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade ou no CEJUSC podem contribuir para o êxito na composição e, conseqüentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos (já liquidados e não pagos voluntariamente após a citação) para pautas ordinárias de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.



3.2. PRODUTIVIDADE

3.2.1. Acordos no Conhecimento

Fonte: e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos



✓ Consta-se aumento na Taxa de Conciliação Líquida em relação ao período correicional anterior.

Quantidade de Acordos na fase de conhecimento

Fonte: e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

Período Correicional	7/2022 a 7/2023	9/2023 a 4/2024
Acordos Realizados	814	549
Média Mensal de Conciliação	62,6	68,6

✓ Ampliação da média mensal de acordos homologados na fase de conhecimento em relação ao período anterior.

VALE LEMBRAR

- Processo com homologação de acordo na fase de conhecimento, com solução para todas as partes, ou após sentença, antes do trânsito em julgado, será encaminhado à etapa de liquidação.
 - seguir-se-á movimentação no sistema PJe para “controle de acordos”, automatizada para o movimento “15238 - Suspenso o processo por homologação de acordo ou transação”.
 - não haverá decisão homologatória de acordo ou de cálculos para fins estatísticos, porquanto já ocorreu na fase de conhecimento.
 - satisfeito o acordo, ocorrerá a extinção da fase de cumprimento de sentença.
- Na hipótese de acordo parcial quanto às partes - sem exclusão de partes remanescentes, em que reste discussão de subsidiariedade/solidariedade (caso de descumprimento do acordo), registrar-se-á:
 - movimento 50094 - Julgado antecipadamente parte do mérito ("classe processual") de "nome da parte" com "resultado do julgamento", e o valor para o complemento "resultado do julgamento" 7707 - homologação da transação, com suspensão do processo:
 - movimento “11013 - Suspenso o processo por convenção das partes”.



3.2.2. Acordos em Execução

Quantidade de Acordos na fase de Cumprimento de Sentença - Etapa da Execução Forçada

Fonte: Sistema e-SInCor, item 90.378 do e-Gestão

Período Correicional	7/2022 a 7/2023	9/2023 a 4/2024
Acordos Realizados	69	45
Média Mensal de Conciliação	5,3	5,6



Mantida a média mensal de acordos homologados na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, em relação ao período anterior.

3.2.3. Processos Solucionados

Fonte: relatório correicional, itens 10.1 e 13 e IGEST - TST.

74,8% → **75,6%**
Taxa de Produtividade

492 → **483**
Pendentes de Solução

1.464 → **1.504**
Processos Solucionados (V07)

1.433
Processos solucionados com exame de mérito (incluindo conciliações) com média mensal de 119,4 processos, no relatório correicional atual.

1.355 → **1.503**
Processos Recebidos (V09)



A variação favorável da taxa de produtividade foi resultado da elevação de processos solucionados, que causou a redução de pendentes de solução.



Elevação de 1.355 para 1.503 processos recebidos.

VALE LEMBRAR

- A boa gestão para a solução de processos, frente à elevação da demanda deve contribuir para reduzir os processos Pendentes de Solução (aguardam julgamento) o que contribuiu para a Taxa de Produtividade.



3.2.4. Sentenças Líquidas Proferidas

Fonte: e-SInCor, relatório painel e-Gestão - variável 90.055



Foram proferidas quinze sentenças líquidas no último período correicional.



A Unidade informou que são proferidas sentenças líquidas em processos com pedidos mais simples, sobretudo nos casos de entes públicos e ações indenizatórias. Não há disponibilidade de servidor calculista que possa auxiliar na elaboração de sentenças líquidas.

VALE LEMBRAR

- O incremento de solução de processos por sentença líquida, contribui para abreviar o trâmite processual, porque a execução forçada, se o caso, iniciar-se-á diretamente, sem passar pela etapa de liquidação.

3.2.5 Incidentes Processuais Pendentes

Fonte: Relatório Correicional, item 7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

	Novos	Resolvidos	Pendentes
Incidentes na liquidação / execução	96	82	40

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de incidentes processuais pendentes.



Na tabela acima, a produtividade dos magistrados na solução de incidentes processuais, bem como a quantidade de pendentes de solução.

VALE LEMBRAR

- A resolução dos incidentes processuais, observando a sua antiguidade, contribui para a celeridade no trâmite processual na fase de cumprimento de sentença.
- Conforme o caso, o saneamento das pendências nos registros estatísticos dos incidentes deve ser frequente, a fim de computar a efetiva produtividade dos magistrados.



4. FASE DE CONHECIMENTO

4.1. Acervo, Idade Média e Prazo Médio

4.1.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório Correicional, itens 4.1, 5.1, 6.1 e 14 e relatório e-SInCor, variável 90.393 (processos conclusos com prazo vencido)

1.294 → 1.196 Pendentes de Finalização na fase de conhecimento	
273 → 226 Processos Aguardando a 1ª Audiência	159 → 186 Processos Aguardando Encerramento da Instrução
45 → 50 Idade Média da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	96 → 98 Idade Média da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
83 → 65 Prazo Médio da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	150 → 110 Prazo Médio da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
6 → 6 Pendentes de Julgamento Conclusos Com Prazo Vencido (V90.393)	



O quadro demonstra o resultado da gestão de processos nas etapas da fase de conhecimento, desde o ajuizamento da ação até a prolação da sentença.



Redução dos processos pendentes de finalização no presente período correicional em relação ao anterior, assim como dos processos que aguardam a realização da primeira audiência.



Houve elevação de processos que aguardam o encerramento da instrução.



Vara do Trabalho de Guaratinguetá



A redução do prazo médio, com elevação da idade média, demonstra que a gestão de processos aguardando a primeira audiência e de processos aguardando o encerramento da instrução não foram direcionados aos processos mais antigos necessariamente.



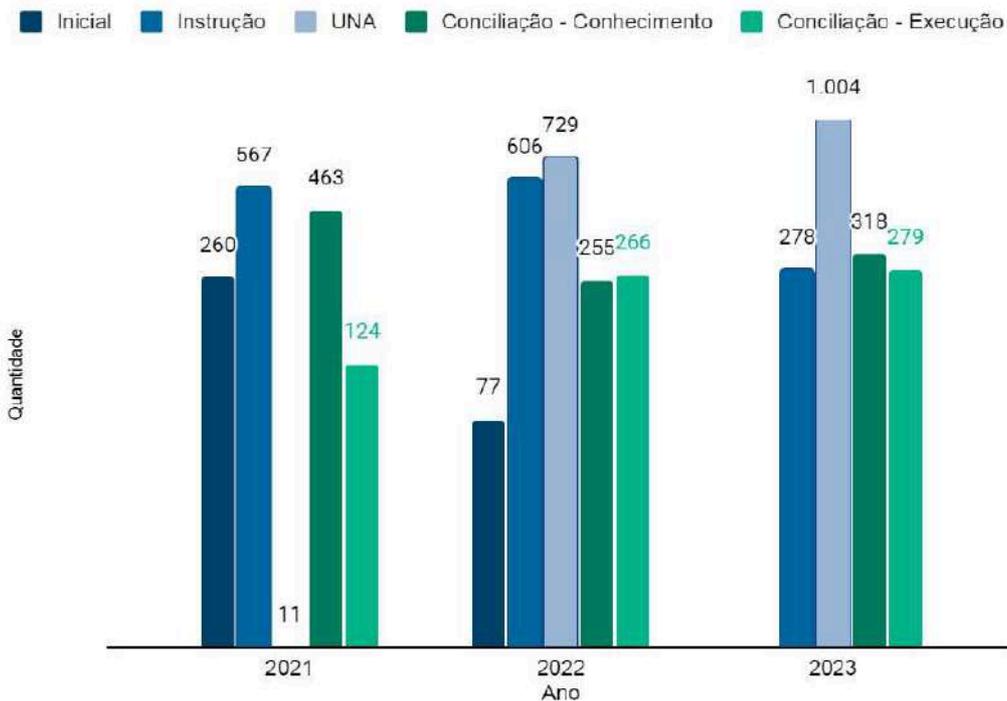
Há processos pendentes de julgamento conclusos com prazo vencido, em situação semelhante à que se constatou na correição anterior.

VALE LEMBRAR

- A boa gestão das etapas da fase de conhecimento engloba, ao fim, a solução de processos, que necessita planejamento para minimizar os processos pendentes de julgamento, sobretudo, os julgamentos conclusos com o prazo vencido.

4.1.2. Audiências por Tipo

Fonte: SAOPJe



#ParaTodosVerem: gráfico em barras com as quantidades de audiências por tipo.





Por meio do gráfico é possível visualizar como a Unidade gerenciou a realização de audiências por tipo, segundo os acervos de processos aguardando a primeira audiência e aguardando o encerramento da instrução.

4.1.3. Prazo Médio no Conhecimento

Fonte: IGEST - TST.

**Prazo Médio
na Fase de Conhecimento
(em dias) (V04)**

158,2 → 122,02



Diminuição do prazo médio na fase de conhecimento, resultante da redução do intervalo de tempo (em dias corridos) entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença.

VALE LEMBRAR

- A redução da antiguidade dos processos de acervo, ainda que reflita, à primeira vista, a elevação do prazo médio, possibilita a paulatina redução desse prazo e da idade média dos processos ao longo da gestão.

4.2. Congestionamento no Conhecimento

Fonte: IGEST - TST.

56,73% → 23,15%
Taxa de Congestionamento

645 → 626
Pendientes de Baixa (V02)

1.984 → 2.078
Processos Baixados (V12)

1.355 → 1.503
Processos Recebidos (V09)





A taxa de congestionamento representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de conhecimento, em relação ao que foi recebido e realizado de tramitações de remessa para processamento de recurso, início da fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação ou da etapa de execução forçada ou arquivamento definitivo.



Nota-se maior quantidade de processos baixados em que os recebidos, o que mostra foco nas atividades residuais pós-sentença. Consequentemente, observa-se redução do congestionamento da fase.

VALE LEMBRAR

- A remessa de processos para a fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação contribui para a redução da taxa de congestionamento na fase de conhecimento.
- A evolução dos indicadores do conhecimento ocorre com a baixa dos processos com o registro adequado dos movimentos processuais, quais sejam: remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; remetidos para as instâncias superiores; arquivados definitivamente; em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução.

4.3. Análise de Processos (Autoinspeção e Cumprimento de Normativos)

→ Processos localizados por amostragem.



Constata-se a manifestação explícita de preenchimento dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade dos recursos ordinário e agravo de petição dos processos 0010843-19.2023.5.15.0020 e 0012067-31.2019.5.15.0020, respectivamente.



A otimização de procedimentos no controle de perícias foi observada, visto que presente a delimitação de prazos subsequentes para partes e perito no processo 0010429-84.2024.5.15.0020.



A comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, entre partes e perito ocorreu exclusivamente dentro dos autos, no processo 0011427-86.2023.5.15.0020.



Vara do Trabalho de Guaratinguetá



Constata-se a ausência do CPF da reclamada no cadastro do sistema PJe no processo 0011541-25.2023.5.15.0020, embora tenha comparecido presencialmente à audiência realizada.



Verifica-se o cadastramento de nova atividade de GIGS obrigatório no processo 0011198-63.2022.5.15.0020 - "CON - Meta 2 - prioridade".



A unidade informou que os procedimentos são otimizados com a fixação de prazos para entrega do laudo, manifestação das partes, esclarecimentos pelo perito e designação da audiência de instrução. Fica a critério do perito, para sua melhor organização, o agendamento das diligências e realização da perícia dentro do prazo fixado para entrega do laudo. Na maioria dos casos, o perito informa o local da perícia na petição do agendamento, de acordo com o que consta dos autos. Havendo necessidade, em casos esporádicos, há fixação de local da perícia pelo Juízo.

VALE LEMBRAR:

- O acesso do Juízo à agenda do perito para fixar a data da perícia no próprio ato de sua designação contribui para a otimização da colheita da prova técnica. Na hipótese de falta do acesso à agenda, a comunicação da data da perícia pelo perito dar-se-á exclusivamente no próprio processo no sistema PJe.
- No curso da colheita da prova técnica, todas as comunicações necessárias entre as partes e o perito devem ser praticadas pela Vara do Trabalho. Assim, as partes devem peticionar nos autos, requerendo ao juízo a comunicação de quaisquer informações ou solicitações ao perito, que também deve peticionar nos autos eletrônicos para solicitar ou responder às comunicações das partes. Destaca-se, ainda, que todos os documentos pertinentes à prova devem ser anexados diretamente no sistema PJe, não devendo haver comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, fora dos autos.



5. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

5.1. Acervo e Prazo Médio na Etapa de Liquidação

Fonte: relatório correicional, item 4.2 e e-Gestão



#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de processos pendentes de finalização, e também com o prazo médio na etapa de liquidação.



O infográfico demonstra a quantidade de processos pendentes de finalização na etapa de liquidação, englobando aqueles que aguardam o cumprimento de acordo homologado, aqueles que aguardam a liquidação de sentença, bem como aqueles que, já liquidados, ainda não entraram na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada. Ademais, explicita o prazo médio de tramitação dos processos na etapa da liquidação.



A migração para a liquidação dos acordos homologados no conhecimento e a mudança da regra do cálculo do item do e-Gestão ocorrida em sua versão 3.0 podem contribuir para a elevação dos processos pendentes de finalização na etapa de liquidação.

	Redução dos processos pendentes de finalização.
	Ampliação do prazo médio acumulado da fase de liquidação em comparação ao ano anterior.
	Não há processos arquivados provisoriamente na liquidação.



5.2. Acervo, Idade Média e Prazo Médio na Etapa de Execução Forçada

5.2.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório correicional, itens 4.3, e 6.3, e sistema e-Gestão



Acima, o resultado da gestão de processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, considerando as execuções iniciadas, encerradas e finalizadas na fase.

	Elevação do número de execuções pendentes de extinção da execução e de finalização na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, comparado ao ano anterior.
	Redução do número de execuções encerradas e processos baixados, comparados ao período correicional anterior.
	Elevação da <u>idade média</u> e do <u>prazo médio</u> dos processos da execução.





Os cinco processos mais antigos da fase são os mesmos da correição anterior, devendo ser mantido o acompanhamento acerca da manutenção ou não da condição processual que impede sua tramitação imediata.

VALE LEMBRAR

- Os processos suspensos/sobrestados por execução frustrada ou aqueles aguardando pagamento mediante certidão em processos que envolvem recuperação judicial/falência são contabilizados no acervo de processos pendentes de finalização na execução.
- A inclusão de processos da execução com potencial conciliatório em pautas ordinárias de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade podem contribuir para o êxito na composição e, conseqüentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos ao CEJUSC para pautas de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.
- A gestão dos processos com maiores tempos de tramitação, submetendo-os à conclusão quando aptos, contribui para a prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

5.2.2. Arquivo Provisório na Execução

Fonte: Relatório Correicional, item 4.4

109 → 1

Processos da execução no Arquivo Provisório



Houve redução significativa de processos arquivados provisoriamente, no entanto, subsiste a necessidade de que a suspensão de execução ocorra por sobrestamento.

VALE LEMBRAR

- A utilização dos movimentos de suspensão, em vez de "arquivo provisório", para movimentação para o fluxo de "aguardando final do sobrestamento" em vez de "Arquivo provisório" beneficiam a gestão do acervo.



5.3. Congestionamento - Etapa de Execução Forçada

Fonte: Sistema e-Gestão.



O congestionamento acima representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, que relacionado às tramitações de remessa para processamento de recurso ou arquivamento definitivo determinam a taxa de congestionamento.



Redução significativa dos processos baixados, resultando no aumento do congestionamento na execução em relação ao período anterior, bem como na elevação do acervo da etapa.

VALE LEMBRAR

- Contribuem para a redução da taxa de congestionamento na execução:
 - remessa de recursos ao E. TRT;
 - redistribuição;
 - arquivamento definitivo;



5.4. Análise de Processos da Execução

Fonte: painel do sistema PJe

→ Processos localizados por amostragem.

✓	Houve transmissão das ordens de liberação de valores dos processos 0001400-74.2005.5.15.0020 e 0012018-87.2019.5.15.0020, por meio dos sistemas SIF/SISCONDJ.
✓	Observou-se os lançamentos das obrigações de pagar do processo 0011247-12.2019.5.15.0020 no sistema PJe, para alimentação do sistema Exe-PJe.
✓	Reunião de execuções trabalhistas dos processos 0010922-95.2023.5.15.0020 e 0013014-85.2019.5.15.0020 (piloto), para otimização dos procedimentos executórios.
✓	Determinação de sobrestamento, com encaminhamento dos autos para “Aguardando Final do Sobrestamento”, no processo 0010774-65.2015.5.15.0020, pois foi reconhecida a execução frustrada.
✓	Suspensão da execução do processo 0011847-96.2020.5.15.0020, com encaminhamento para “Aguardando Final do Sobrestamento”, após a expedição das certidões de habilitação de crédito.
⚠	Constata-se da certidão do oficial de justiça o registro da quantidade e natureza do deslocamento das diligências realizadas no processo 0011165-73.2022.5.15.0020. No entanto, o valor apurado não foi incluído pela Unidade nas obrigações de pagar do processo.
⚠	Verifica-se ausência de cadastramento de nova atividade de GIGS “EXE - sobrestamento - reunião de execução” no processo 0010922-95.2023.5.15.0020.
✓	Verifica-se que, em consulta por amostragem, o processo 0011506-65.2023.5.15.0020 foi arquivado com certidão de contas zeradas em conformidade com o normativo.



5.4.1. Execução Forçada / Bloqueio de Valores

Fonte: Painel do sistema PJe e relatórios do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD

Dados de 9/2023 a 4/2024

Processos aguardando utilização		Ordens protocolizadas	Bloqueios efetivados pendentes de desdobramento	
Quantidade	Mais antigo		Quantidade	Mais antigo
14	16/11/2023	1.342	5	7/2/2024

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de processos aguardando utilização do sistema de bloqueio de valores, ordens protocolizadas e bloqueio efetivados pendentes de desdobramento.

	Necessidade de saneamento dos <i>chips</i> “SISBAJUD” e “SISBAJUD - <i>protocolar</i> ” diante das inconsistências detectadas na quantidade de processos aguardando a realização da ferramenta eletrônica para bloqueio de valores - processos arquivados com chips pendentes. Como exemplo, o processo 0011420-94.2023.5.15.0020 - CartPrecCiv, o mais antigo com o <i>chip</i> “SISBAJUD - <i>protocolar</i> ” (desde 16/11/2023), já foi remetido ao arquivo, mas ainda consta com o referido <i>chip</i> .
	Data de bloqueio efetivado pendente de desdobramento muito antiga (7/2/2024).
	Necessidade de melhor gerir o intervalo de tempo para a utilização da ferramenta de bloqueio, considerando a natureza alimentar do crédito. No processo 0010003-43.2022.5.15.0020, como exemplo, a ordem de bloqueio exarada em 1/12/2023 encontra-se pendente até a presente pesquisa.

VALE LEMBRAR

- O saneamento das pendências de bloqueios efetivados deve ser frequente, com a pronta emissão de ordem de transferência dos valores ou emissão de ordem de desbloqueio, conforme o caso.



5.4.2. Mandados Expedidos e Devolvidos ao Juízo

Fonte: Painel do PJe da Unidade e da Central de Mandados Unificada de Taubaté (consulta em 14/6/2024)

Mandados expedidos pendentes de distribuição		Mandados devolvidos pendentes de apreciação	
Quantidade	Mais antigo	Quantidade	Mais antigo
1	10/6/2024	0	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de mandados expedidos pendentes de distribuição e devolvidos pendentes de apreciação.

✓	A Unidade tem a área de zoneamento devidamente parametrizada para a distribuição automática dos mandados.
✓	O prazo para análise dos mandados devolvidos está satisfatório.
✓	Foram utilizadas as seguintes ferramentas eletrônicas para a efetividade da execução: SISBAJUD, RENAJUD, ARISP e INFOJUD (incluindo IRPF, DIMOB, DOI, DECRED).

VALE LEMBRAR

- A otimização da gestão dos mandados devolvidos contribuirá positivamente para o tempo médio de tramitação dos processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
- O estímulo ao cadastramento das empresas privadas e pessoas físicas para recebimento de citações e notificações por meio eletrônico, na forma prevista pelos normativos Nacional e Regional, contribui para a otimização dos procedimentos processuais.
- O uso efetivo e regular das ferramentas tecnológicas disponíveis para pesquisa patrimonial ajuda a garantir o êxito da etapa de execução forçada dos feitos e assegurar a prestação jurisdicional efetiva.



5.5. Oficiais de Justiça

5.5.1. Mandados pendentes de cumprimento por Oficial de Justiça

Fonte: Painel do sistema PJe da Central de Mandados Unificada de Taubaté (consulta em 14/6/2024)

Oficial de Justiça	Mandados pendentes de cumprimento	
	No prazo	Prazo excedido
Érica Lopes Silva	23	11
Hélio Costa Cunha	11	-
TOTAL	34	11

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades dos mandados pendentes de cumprimento, no prazo e com prazo vencido, por oficial de justiça.



O quadro acima representa o volume de trabalho recebido pelos Oficiais e pendente de cumprimento.



O sistema PJe considera o prazo de 60 dias para o cumprimento das diligências pelos oficiais de Justiça, sinalizando em “vermelho” aquelas que ultrapassarem referido prazo. Entretanto, a apuração de eventual atraso deve ser analisada à luz da parametrização local.



O prazo para cumprimento das diligências está definido no artigo 12 da Ordem de Serviço nº 1/2022 (parametrização local da Central de Mandados Unificada de Taubaté) nos seguintes termos: 60 dias para mandados de pesquisa básica, podendo ser prorrogado em casos excepcionais que demandem pesquisas mais aprofundadas ou com grande número de devedores.



Há diligências pendentes de cumprimento, com prazo vencido, o mais antigo distribuído em 17/1/2024, sob responsabilidade da oficiala Erica Lopes Silva.



5.5.2. Diligências realizadas no período correicional por Oficial de Justiça

Fonte: Sistema SAOPJe - relatório diligências realizadas por período

Oficial de Justiça	Quantidade de diligências realizadas
Érica Lopes Silva	175
Hélio Costa Cunha	120

#ParaTodosVerem: tabela com os nomes dos oficiais de justiça e as quantidades de diligências realizadas.



O acompanhamento pelo gestor acerca dos mandados pendentes de cumprimentos voltou a ser feito a partir de 14/6, conforme Portaria CPV 606, de 12 de junho de 2024. Até o presente momento, está sendo feita a verificação diária do painel do distribuidor a fim de identificar eventuais mandados pendentes de distribuição. A oficial de justiça Érica cumpriu mais mandados em razão do passivo acumulado no período em que atuou sozinha, até o ingresso do oficial de justiça Hélio, em maio/2023.

5.6. Alienação de bens

Fonte: Unidade correicionada



A Unidade adota a venda de bens na modalidade direta, porém o procedimento é adotado somente após duas tentativas de alienação em hasta pública. Os últimos nomeados foram:

- MURILO CASTRO SANTOS - CPF:317.654.318-24 - CRECI/SP sob n.º 167186-F
- RICARDO RASPA - CRECI/SP sob n.º 162.343 - CPF: 055.321.578-71
- BENITO TOMAZ VICENSOTTI - CRECI/SP sob n.º 78.903-F CPF: 255.924.928-63



5.7. RPV / Precatórios

Fonte: Sistemas PJe e GPREC

GPREC

O sistema de Gestão Eletrônica de Precatórios - GPREC foi implementado para gerir as requisições de pequeno valor e os precatórios neste Regional.



Há treze processos aguardando a expedição de Requisições de Pequeno Valor - RPV ou Precatório no sistema PJe, o mais antigo datado de 6/6/2024 (0010310-94.2022.5.15.0020).



Foi constatado duas diligências pendentes de resposta à Assessoria de Precatórios no sistema GPREC, a mais antiga datada de 10/6/2024 (0011142-64.2021.5.15.0020).



No sistema GPREC há RPV pendente de baixa, mesmo após a liberação do crédito, como nos processos 0011172-02.2021.5.15.0020 e 0010683-28.2022.5.15.0020.

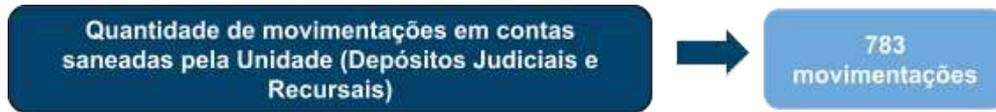


Não foram constatadas RPV vencidas, sendo as pendências identificadas no GPREC resultado de ausência de registros de pagamentos.



5.8. Projeto Garimpo

Fonte: Auditoria da Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial
Dados atualizados até 5/4/2024



#ParaTodosVerem: organograma sobre o Projeto Garimpo com a quantidade de movimentações em contas saneadas pela Unidade.



Dados extraídos de auditoria realizada pela Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial, considerando registros de movimentações maiores ou iguais a R\$0,01 e informações de saneamento das contas.

VALE LEMBRAR

- Ao realizar arquivamento definitivo do processo, entre outras providências, é necessário verificar a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao processo e a exclusão de eventuais inscrições no BNDT.
- Devem ser registradas no sistema apenas movimentações em contas vinculadas a processos arquivados anteriormente a 14/2/2019. Ainda, nessas contas, o registro de saneamento deve ser feito na expedição da ordem de liberação de valores, e apenas em contas cujo saldo inicial era superior a R\$ 0,01.



6. METAS CNJ

Fonte: [Painel de Gestão de Metas do CSJT - Ano 2023](#) - Atualizado até 10/6/2024

6.1. Meta 1 [CNJ 2023] - Julgar mais processos que os distribuídos



6.2. Meta 2 [CNJ 2023] - Julgar processos mais antigos

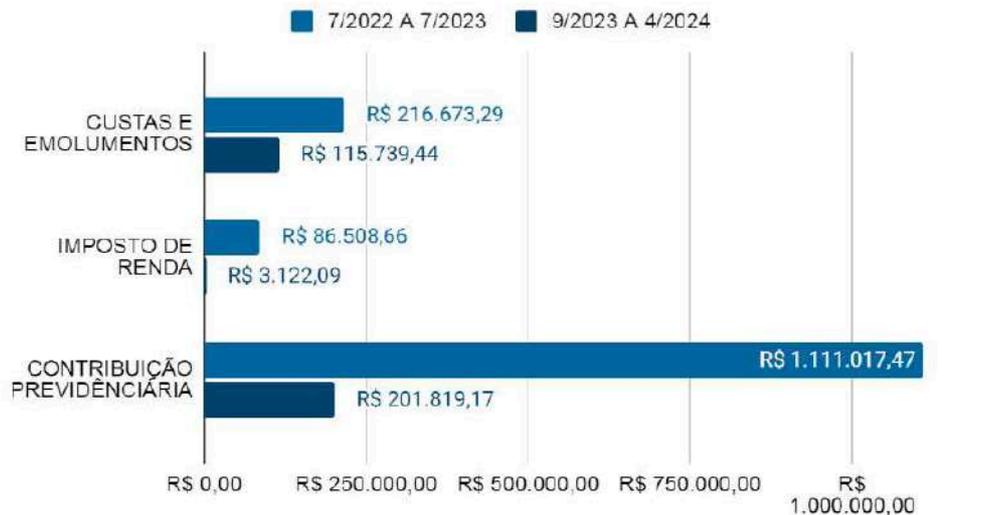


6.3. Meta 5 [CNJ 2023] - Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida



7. ARRECAÇÃO

Fonte: Relatório Correicional, item 12.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras comparando os valores, em reais, de custas e emolumentos, imposto de renda e contribuição previdenciária arrecadados no período correicional anterior e no atual.

VALE LEMBRAR

- É necessário registrar adequadamente os valores no sistema, permitindo a análise dos valores arrecadados em razão da atuação Justiça do Trabalho.



8. DELIBERAÇÕES FINAIS

	Cumprimento da Meta 1, Meta 2 e Meta 5 do CNJ.
	Varição favorável das pendências de baixa na fase de conhecimento e na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
	Varição favorável do prazo médio na fase de conhecimento.
	Varição não favorável da idade média do acervo de processos da distribuição, aguardando o encerramento da Instrução.
	Varição não favorável da idade média do acervo de processos com execução iniciada, aguardando o encerramento.



As comparações acima foram realizadas entre os relatórios correicionais do ano 2023 e 2024. E, com base nisso, a Unidade fica autorizada a utilizar o modelo simplificado de relatório para a próxima autoinspeção.



Orienta-se os magistrados e os servidores das varas do trabalho quanto à utilização regular da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância WIKI-VT na tramitação dos processos.

Link: (<https://fluxonacional.jt.jus.br/> - (Nome do usuário é o CPF do servidor).

Os gestores devem analisar a ata, discutir o conteúdo dela com os membros da secretaria judiciária e planejar o efetivo cumprimento, sem a necessidade de informação imediata a esta Corregedoria. Trata-se de autonomia na gestão, com foco em dados oficiais.

Para tanto, orienta-se a utilização da matriz Gravidade, Urgência e Tendência (GUT), ferramenta de gestão utilizada para priorização de tarefas e estratégias.



MATRIZ GUT = G x U x T					
G	Gravidade	U	Urgência	T	Tendência
	Impacto e intensidade do problema se não resolvido.		Prazo, tempo possível para solucionar.		Potencial de crescimento do problema, padrão de evolução no tempo na ausência de solução.

#ParaTodosVerem: tabela explicativa da matriz GUT - Gravidade, Urgência e Tendência.



Metodologia de tomada de decisão racional com fatos e evidências. Resposta para o que fazer primeiro em cenários complexos. Separar o urgente ou importante e criar um fluxo de trabalho eficiente para cumprir todas as tarefas em prazo útil.



Acesse o **Documento Complementar** ao ato presencial para obter mais informações sobre os encaminhamentos da ata de correição, atendimentos realizados, horário de encerramento e demais assuntos correlatos.

Acesso à íntegra dos materiais sobre os temas:

Acessibilidade e Inclusão



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema "Acessibilidade e Inclusão"

Combatendo a Violência contra as mulheres



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema "Combatendo a Violência contra as mulheres"





Missão

Fiscalizar e orientar a atuação
da primeira instância.

Visão de futuro

Ser conhecida no poder-dever de fiscalizar.



Valores

Comunicação, comprometimento,
ética, respeito e transparência.

Estratégia da Corregedoria Regional 2022 / 2026



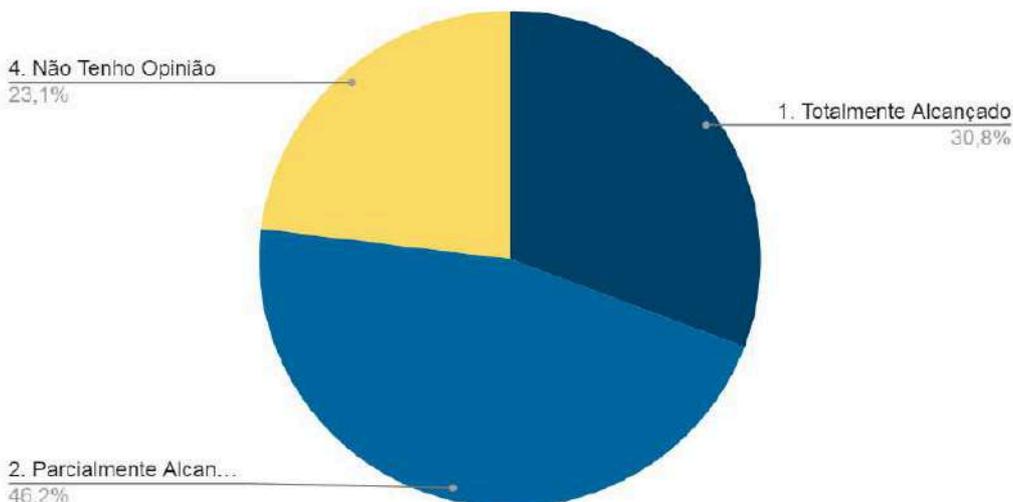
Ocorrências

	Participou, presencialmente, a Juíza Titular Tânia Aparecida Claro.
	O Juiz Substituto em auxílio fixo Elias Terukiyo Kubo deixou de comparecer à correição em razão de gozo de férias, além de atuar em auxílio compartilhado, já tendo atuado no período estabelecido para este ano na unidade.

A Juíza Titular informou que realiza audiências presenciais como regra, usando o procedimento telepresencial apenas em situações muito específicas, de acordo com a necessidade do caso concreto, como nas situações em que o reclamante reside em localidade distante da Vara do Trabalho. A Vice-Corregedoria entende que tal procedimento é adequado, equilibrado e salutar, pois a tecnologia deve ser utilizada em ordem a concretamente facilitar o acesso à Justiça, e não meramente como um instrumento de comodidade. Em outros termos, para nada parece fazer sentido que, estando as partes e seus procuradores próximos à sede do Juízo, se lhes permita participar das audiências pela via telepresencial. A prática presencial pode e deve ser a regra, na máxima medida do possível e nos limites do bom-senso.

Percepção/demandas de gestoras e gestores da unidade

Percepção - alcance dos objetivos do projeto "A Escuta da Primeira Instância":



#ParaTodosVerem: gráfico em pizza, representando índice de alcance de objetivo mediante apenas quatro respostas possíveis, por percentuais e fatias da pizza em quatro, ou menos, cores diversas.



Demandas de servidoras e servidores

Não houve.

Atendimentos

Não houve.

Providências multidisciplinares

Não há.

Encerramento

Em 2 de julho de 2024, às 11h57min, encerraram-se os trabalhos, e nós, Adilson Sergio Bertoldo Junior e Suely Suzuki, Assessores da Corregedoria Regional, e Vlademir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional, lavramos a Ata de Correição Ordinária e o Documento Complementar ao ato, anexos, que, depois de lidos, vão assinados eletronicamente por Sua Excelência o Desembargador MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO Vice-Corregedor Regional, a ser publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.





RELATÓRIO CORREICIONAL

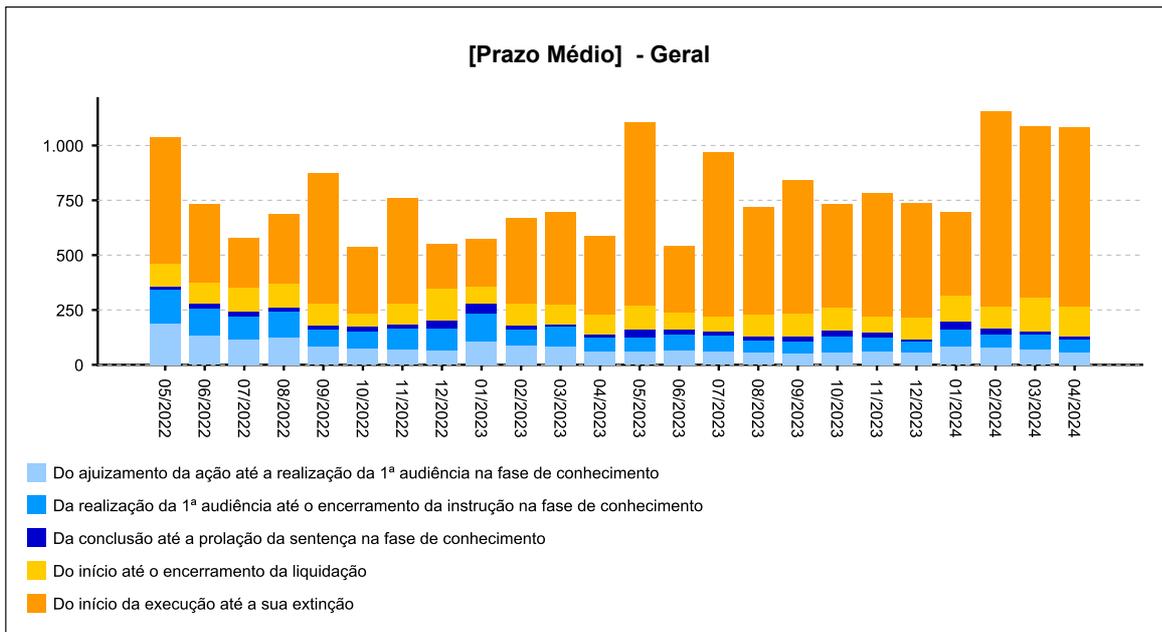
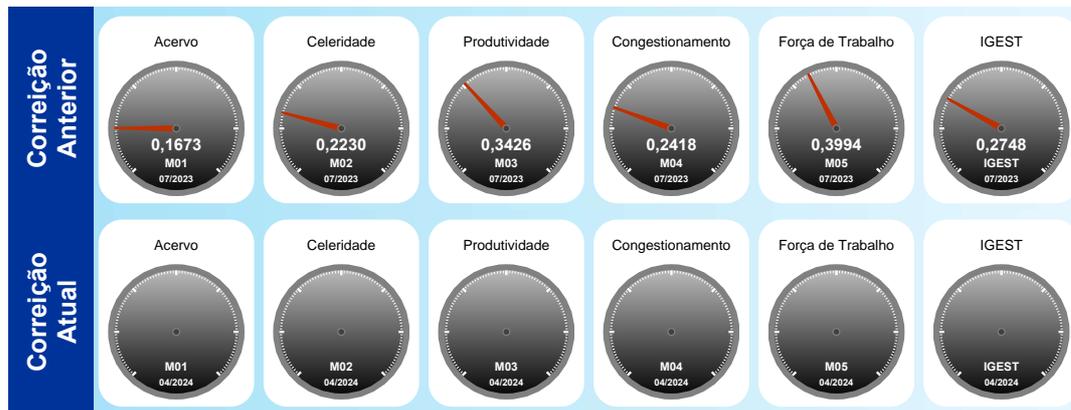
VARA DO TRABALHO DE GUARATINGUETÁ - 0020
 [1001 a 1500 processos]



Utilize o leitor de QRCode de seu smartphone ou tablet e tenha acesso ao relatório no dispositivo móvel

INFORMAÇÕES DA UNIDADE:

Lei de Criação: 6.563/78
 Data de Instalação: 13/02/1979
 Data de Instalação do PJE: 11/06/2014
 Data da Última Correição: 19/09/2023





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Índice

- [1 - TITULARIDADE](#)
- [2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS](#)
- [3.1 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Lotação](#)
- [3.2 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ausências, exceto férias](#)
- [3.3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Estagiários](#)
- [3.4 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ações de capacitação](#)
- [4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS](#)
- [5 - PRAZOS MÉDIOS](#)
- [6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO](#)
- [7 - INCIDENTES PROCESSUAIS](#)
- [8 - RECURSOS](#)
- [9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO](#)
- [10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS](#)
- [11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL](#)
- [12 - ARRECADAÇÃO](#)
- [13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO](#)
- [14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA](#)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correção Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

[Voltar](#)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
TANIA APARECIDA CLARO	25/09/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
02/10/2023 a 04/10/2023	COMISSÃO CONCURSO DE MAGISTRATURA RES CNJ 75 - ATÉ
05/10/2023 a 24/10/2023	FÉRIAS
25/10/2023 a 26/10/2023	COMISSÃO CONCURSO DE MAGISTRATURA RES CNJ 75 - ATÉ
13/05/2024 a 01/06/2024	FÉRIAS
03/06/2024 a 07/06/2024	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO
10/06/2024 a 11/06/2024	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/09/2023 a 16/06/2024]:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correção Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ELIAS TERUKIYO KUBO	07/01/2022 a 18/10/2023
ELIAS TERUKIYO KUBO	18/10/2023 a 20/06/2024

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
20/11/2023 a 19/12/2023	FÉRIAS
12/06/2024 a 20/06/2024	FÉRIAS





3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.1 - Lotação [30/04/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
CHARLES DOUGLAS PINTO DE CAMARGO	TJA	-	24/06/2005
DARCYRENE BEDAQUE ZAGO	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	11/11/2019
ERIKA BEATRIS DE ALMEIDA AVERARDO DA MATTA NEPOMUCENO	AJJ	FC-04 CALCULISTA	10/07/2012
HELENICE MARCONDES NOGUEIRA	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	05/12/1986
JULIANA CORREA DE SA CARNEIRO OTERO	REM	FC-02 ASSISTENTE	08/01/2018
RAFAEL DE OLIVEIRA SOARES	TJA	FC-02 ASSISTENTE	25/03/2013
RENATA MATIE ANAN SATO MAROTTA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	07/04/2020
SANDRA MARA MAIA BRAGA MACHADO	REM	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	15/12/2006
TAISE MARIA CONCEICAO COELHO	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	30/11/2017
THAIS MONTEIRO TIBALI	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	30/12/2016
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			8
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			2





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.2 - Ausências, exceto férias [09/2023 a 04/2024]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
AFASTAMENTO PARA CURSOS, CONGRESSOS E AFINS - SEM INTERRUÇÃO DE BENEFÍCIOS	2
FOLGA COMPENSATÓRIA - INDETERMINADO	7
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - SERVIDOR RPPS - ATÉ 24 MESES	17
TOTAL	26





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.3 - Estagiários [30/04/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ANA GABRIELA RODRIGUES DOS SANTOS	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	01/03/2024





3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.4 - Ações de capacitação [30/04/2024]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ELIAS TERUKIYO KUBO	17
TANIA APARECIDA CLARO	10

SERVIDORES	HORAS
DARCYRENE BEDAQUE ZAGO	29
ERIKA BEATRIS DE ALMEIDA AVERARDO DA MATTA NEPOMUCENO	11
JULIANA CORREA DE SA CARNEIRO OTERO	5
RAFAEL DE OLIVEIRA SOARES	300
RENATA MATIE ANAN SATO MAROTTA	8
TAISE MARIA CONCEICAO COELHO	40
THAIS MONTEIRO TIBALI	40





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

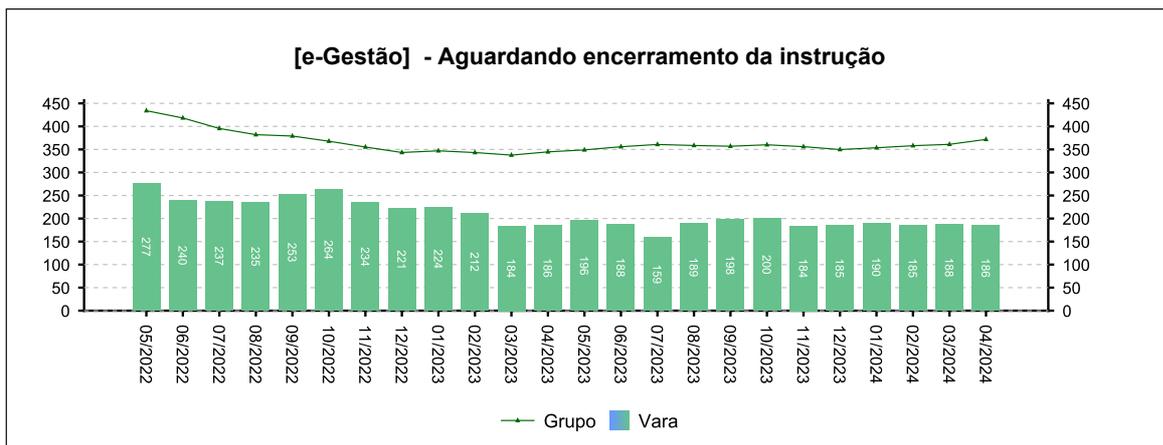
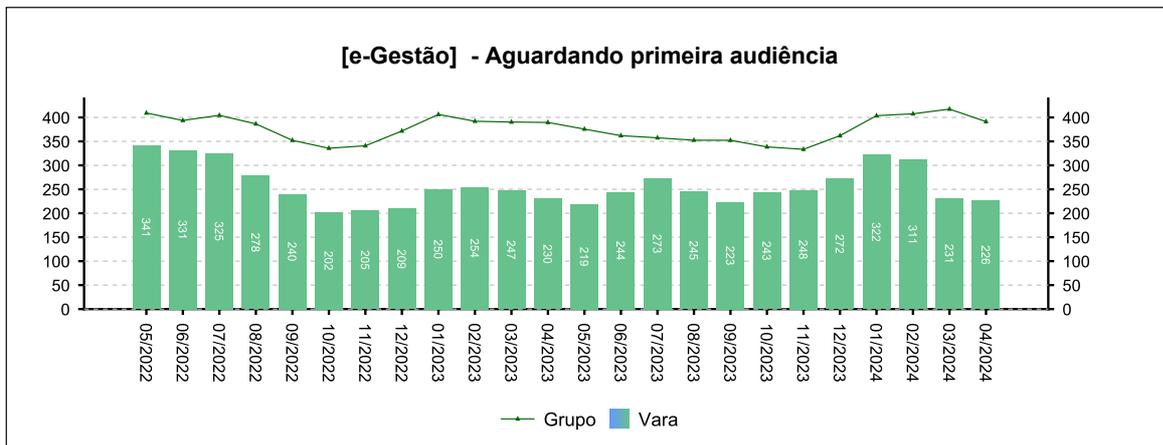
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

4.1 - Fase de Conhecimento

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Aguardando primeira audiência	226	391	---
Aguardando encerramento da instrução	186	372	---
Aguardando prolação de sentença	71	57	---
Aguardando cumprimento de acordo	19	41	---
Solucionados pendentes de finalização na fase	694	873	---
Pendentes de finalização	1.196	1.734	---

Período: 09/2023 a 04/2024

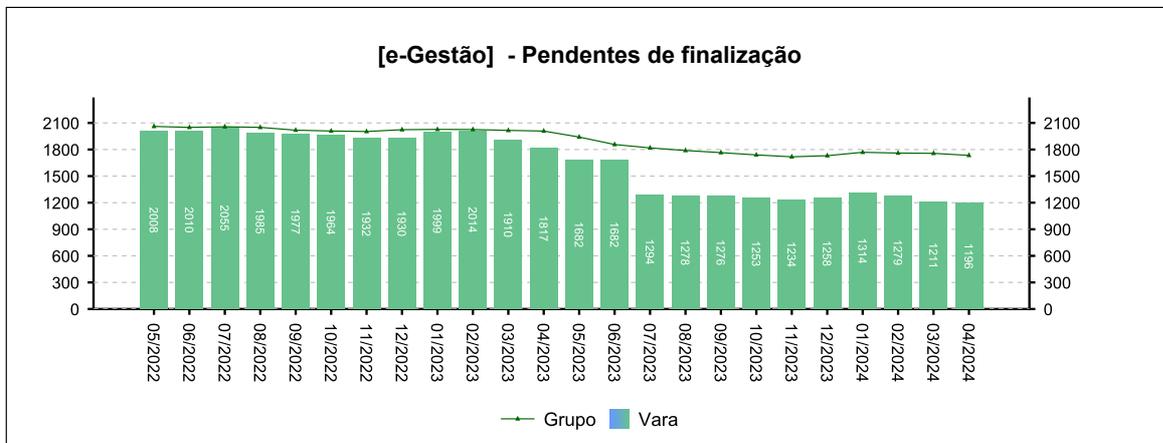
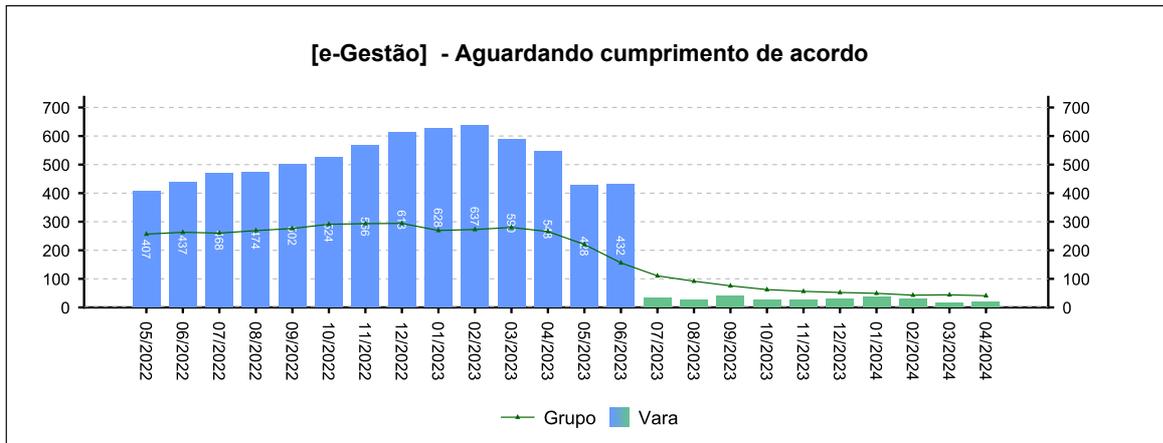
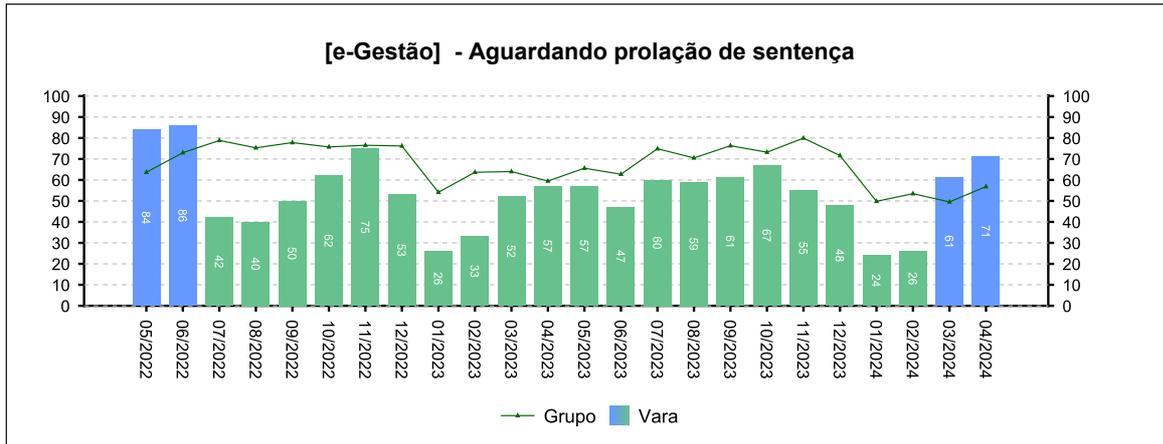




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

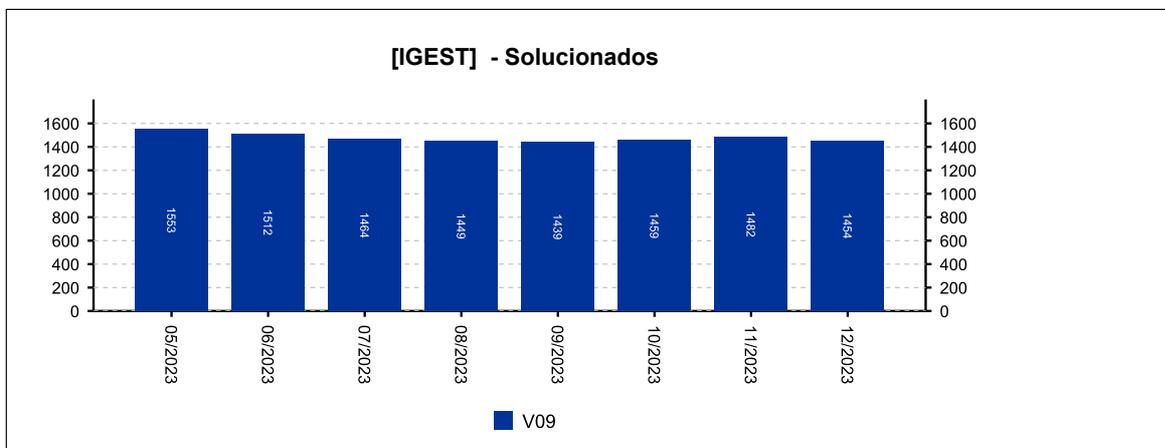
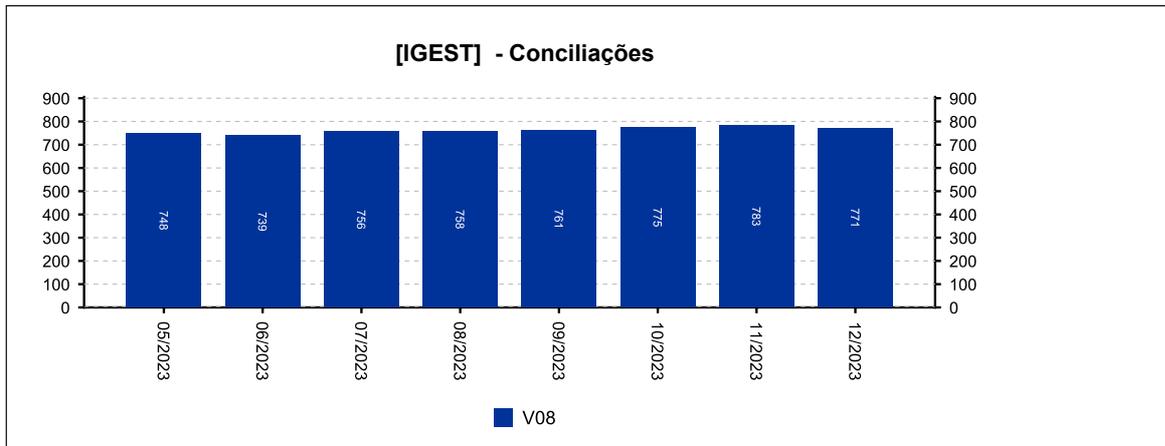
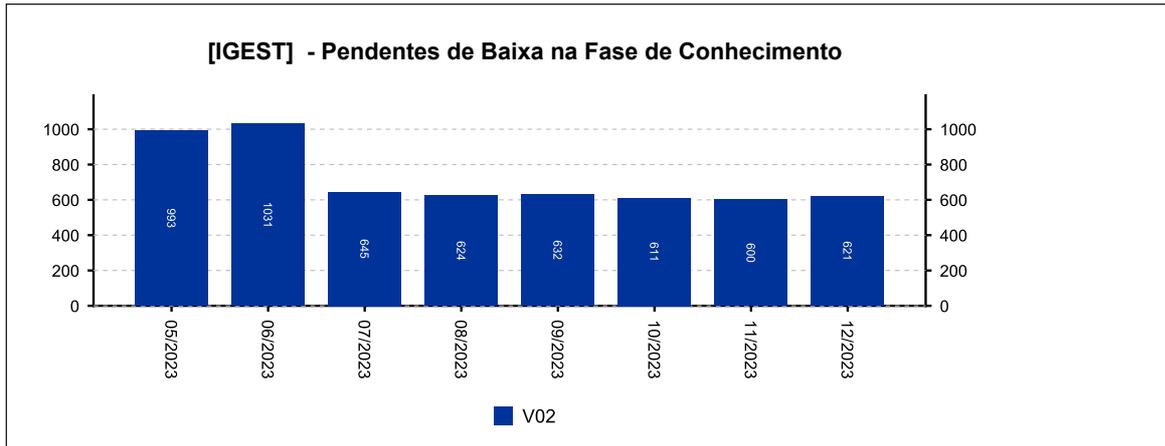




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

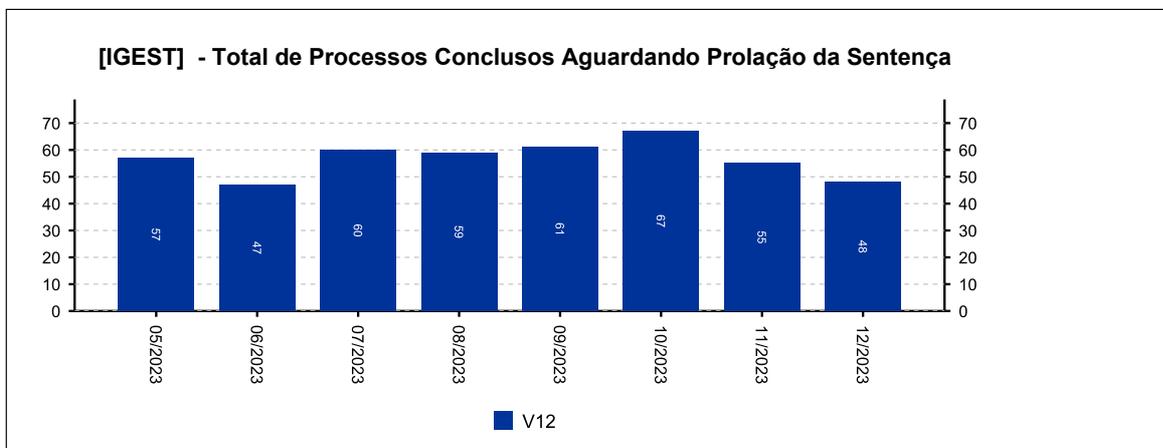
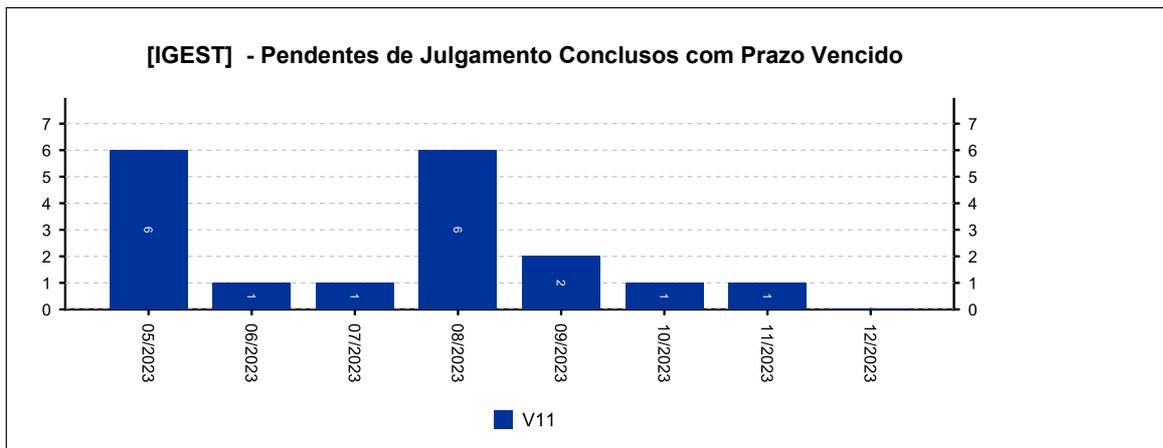
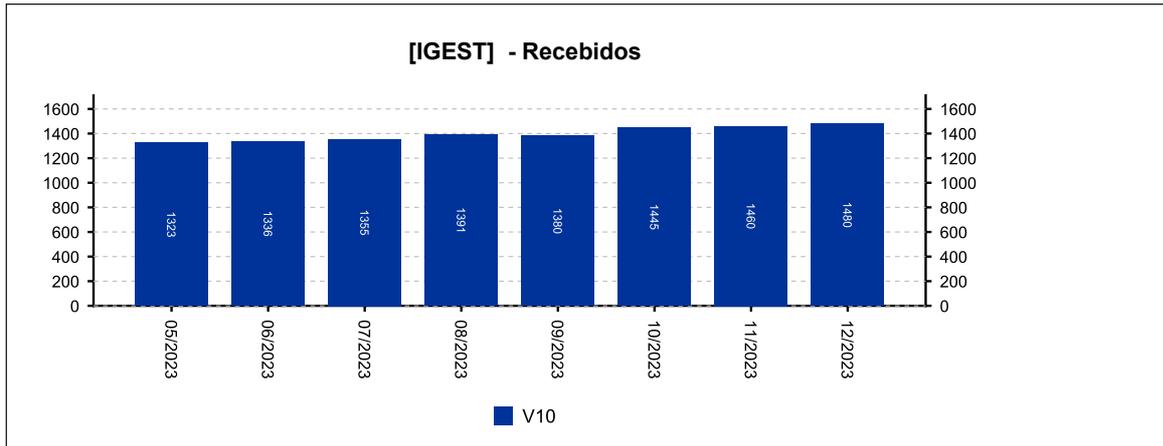




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

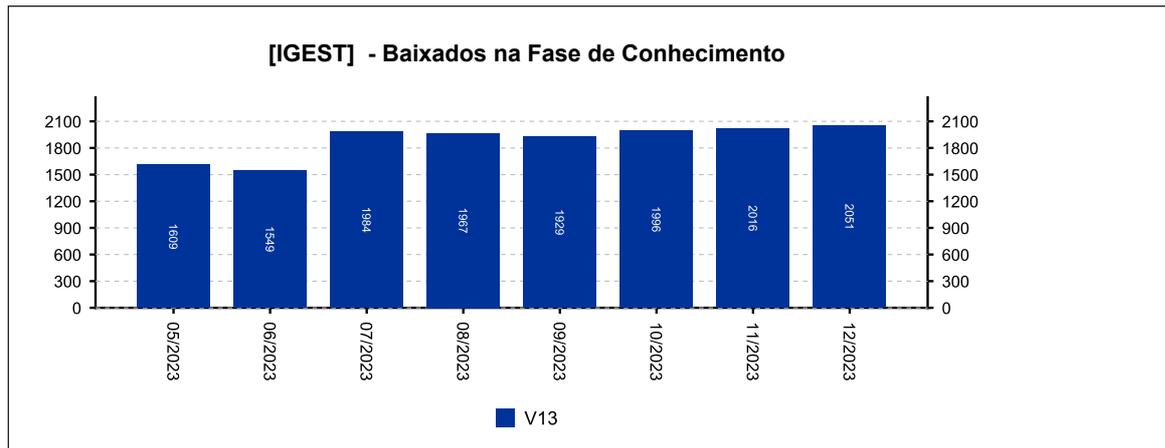




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento





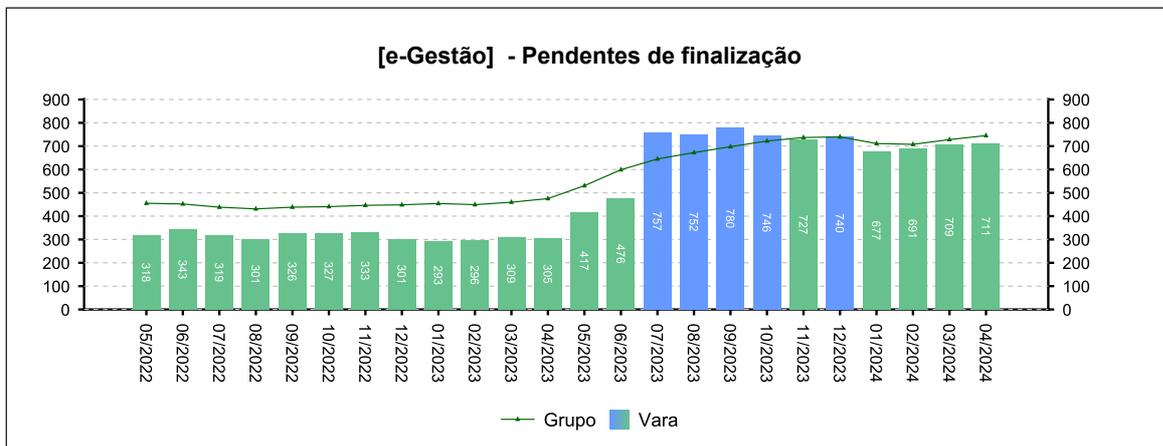
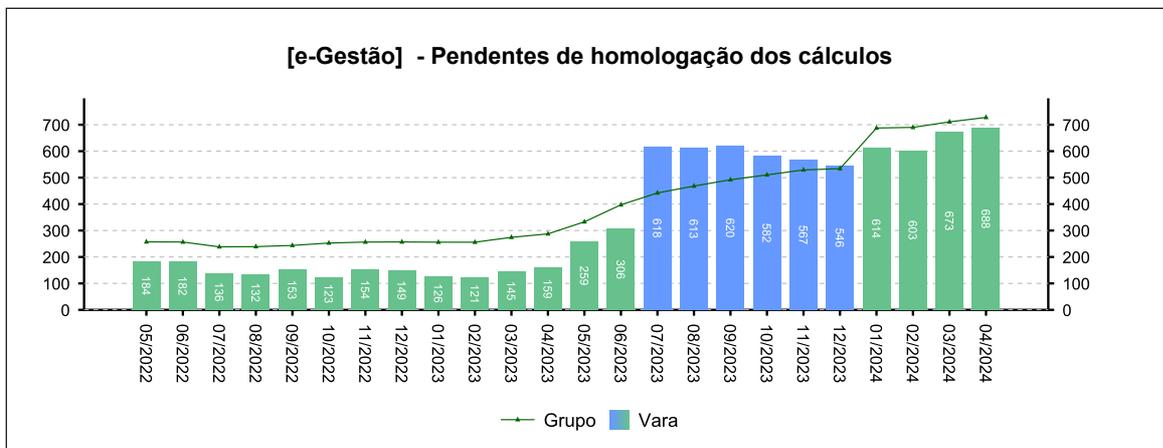
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de homologação dos cálculos	688	728	---
Liquidados pendentes de finalização na fase	23	18	---
Pendentes de finalização	711	745	---

Período: 09/2023 a 04/2024

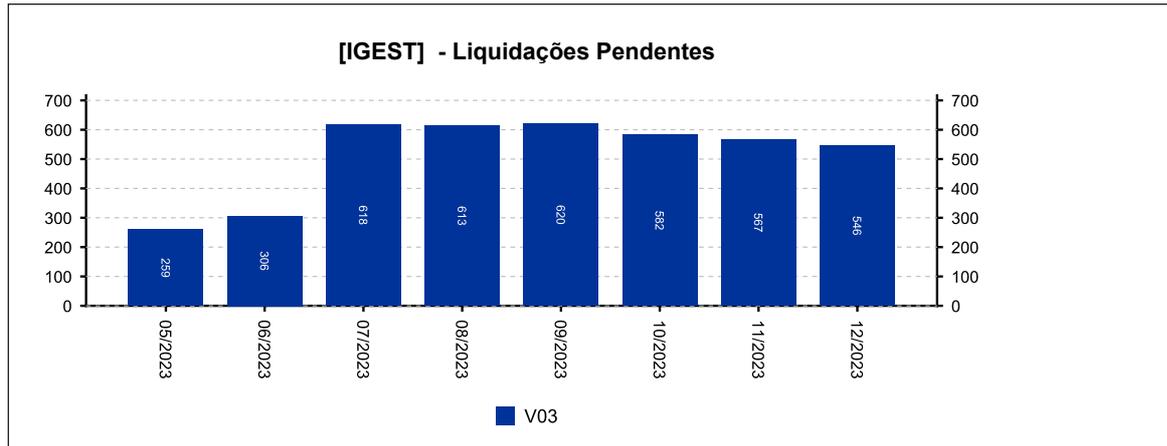




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação





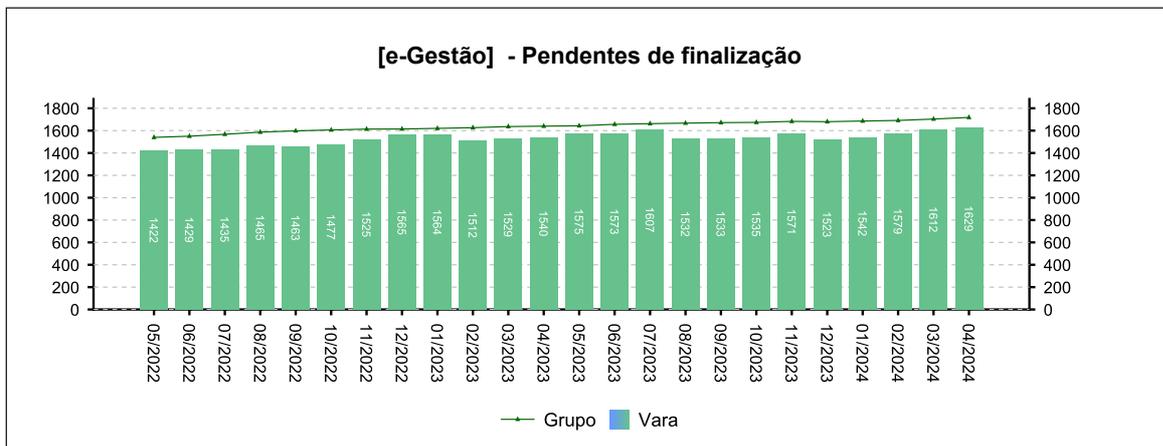
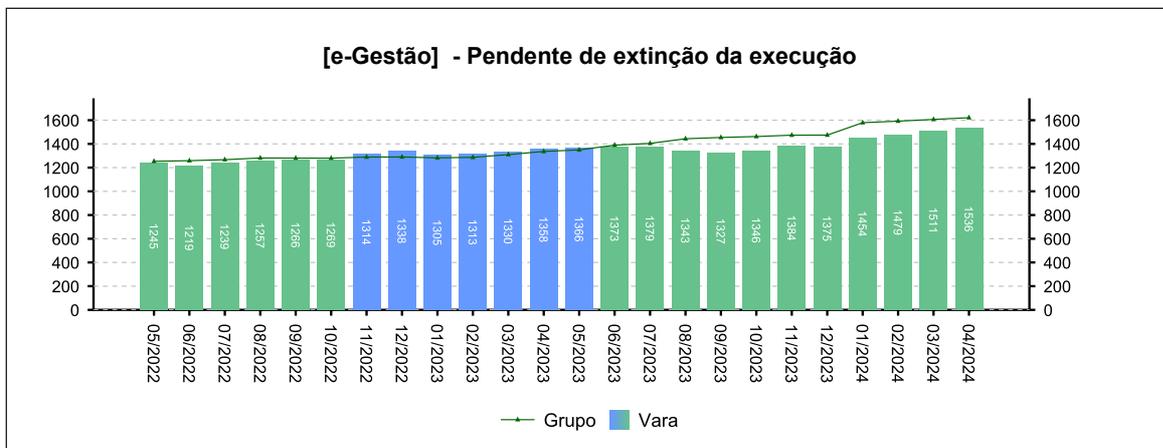
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendente de extinção da execução	1.536	1.621	---
Encerrados pendentes de finalização na fase	93	97	---
Pendentes de finalização	1.629	1.718	---

Período: 09/2023 a 04/2024

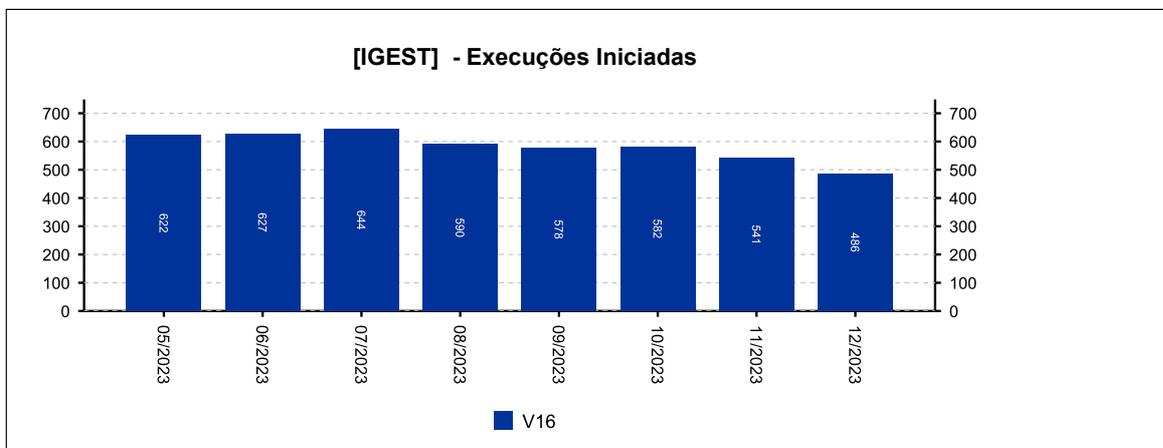
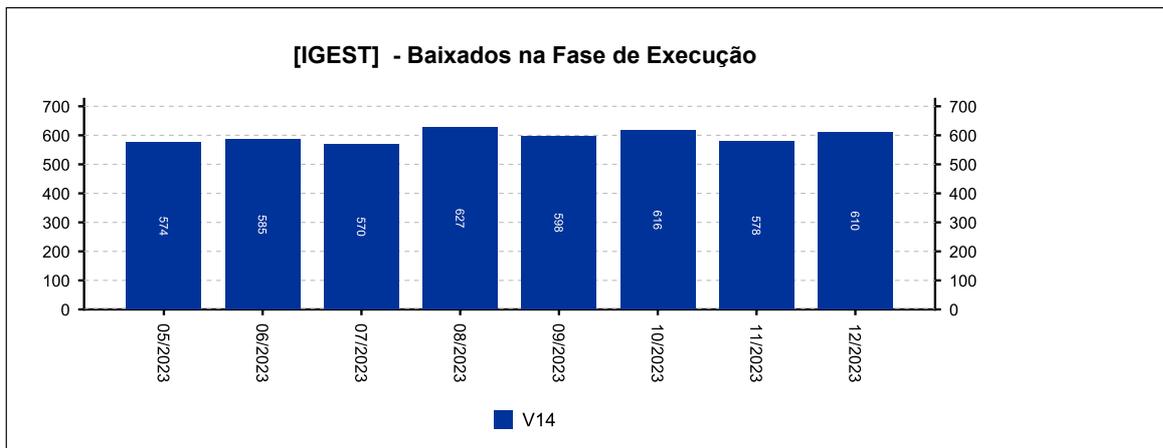
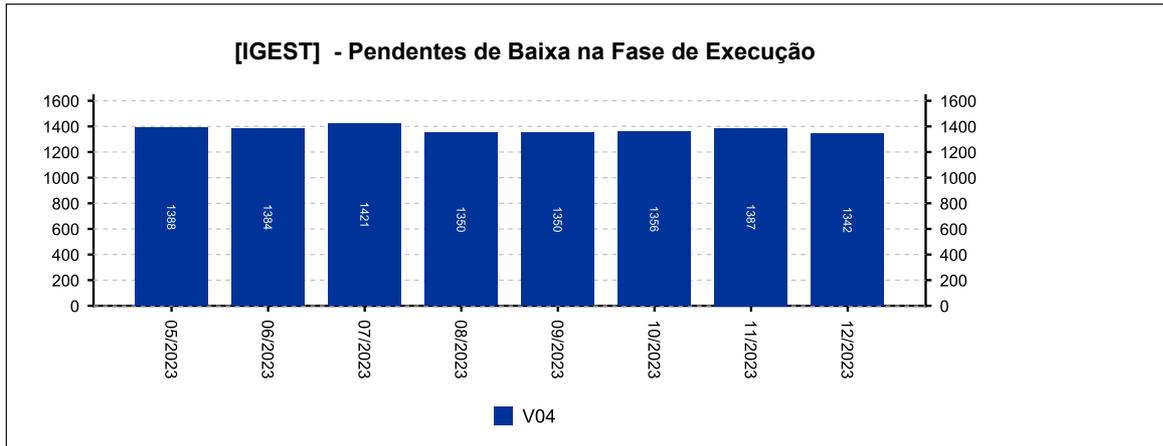




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

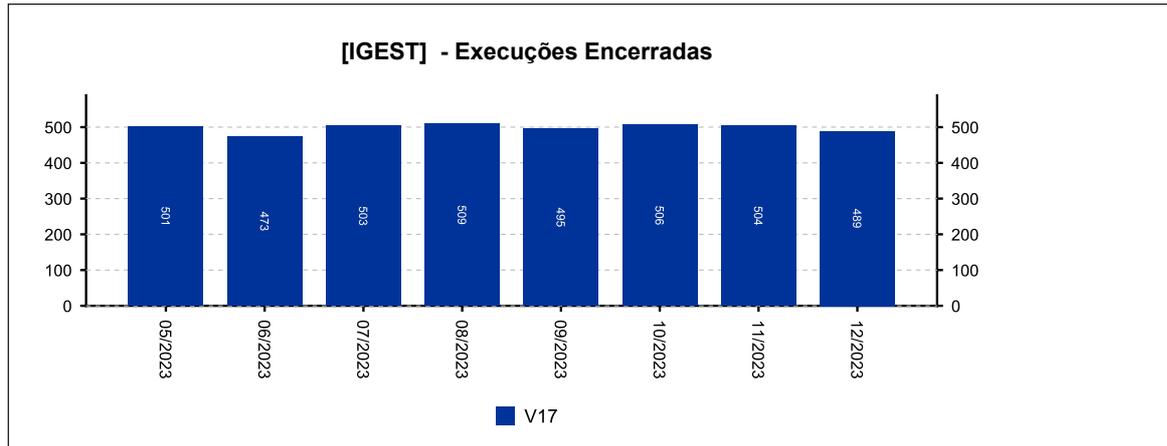




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução





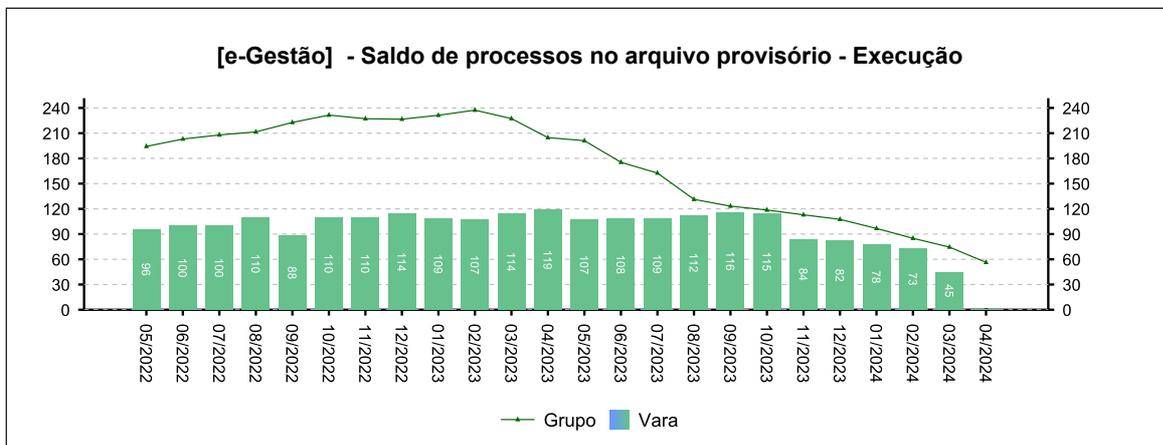
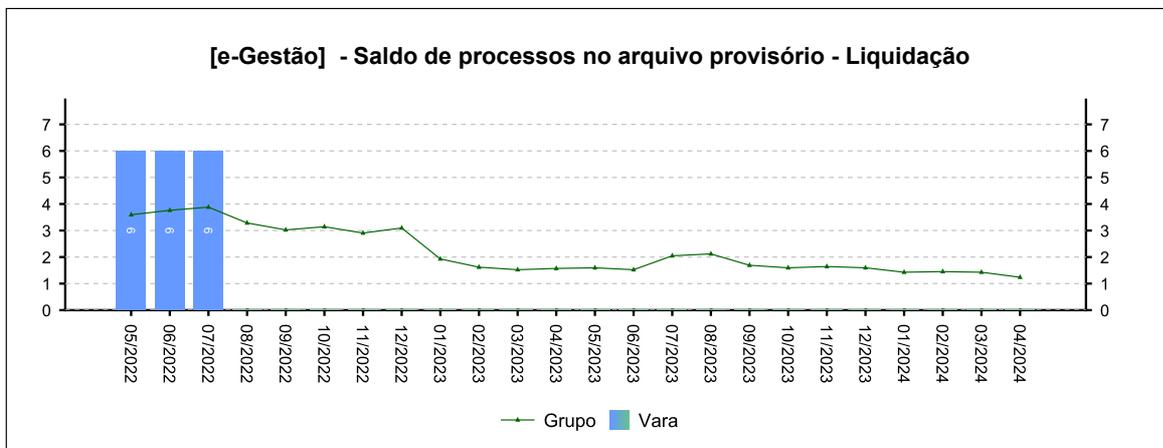
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.4 - Arquivo Provisório

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0	1	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	1	56	---

Período: 09/2023 a 04/2024





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.5 - Total de Pendências

	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de finalização - Conhecimento	1.196	1.734	---
Pendentes de finalização - Liquidação	711	745	---
Pendentes de finalização - Execução	1.629	1.718	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0	1	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	1	56	---
TOTAL:	3.537	4.254	---

Período: 09/2023 a 04/2024





5 - PRAZOS MÉDIOS

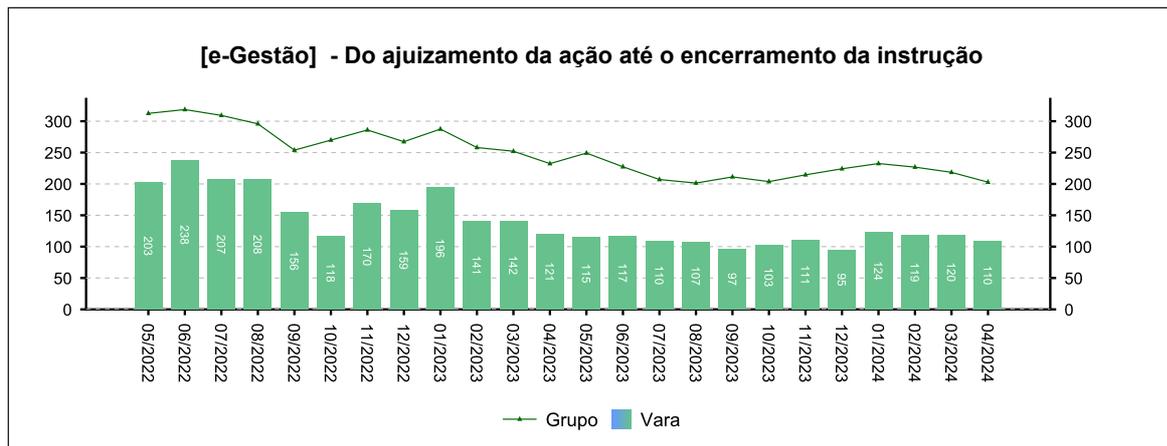
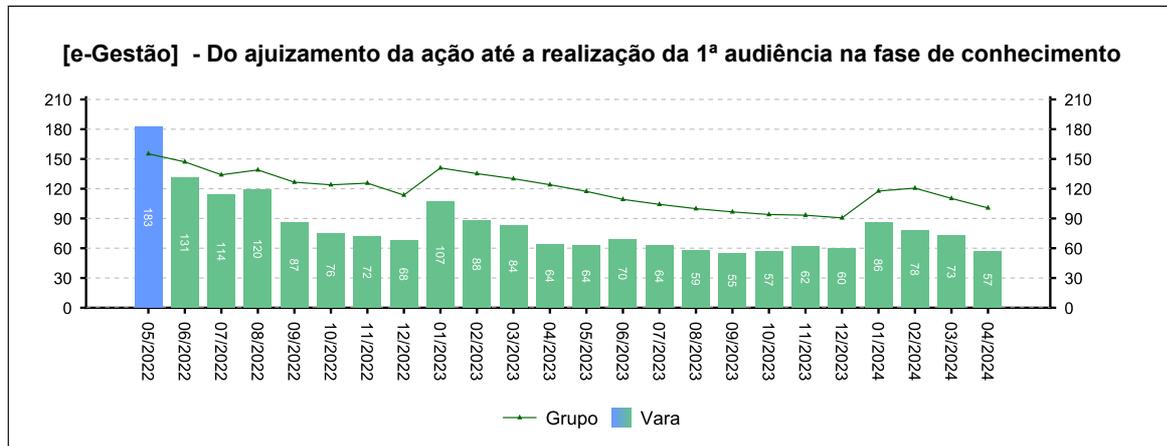
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

5.1 - Fase de Conhecimento

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento	775	65	103	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução	1.054	110	215	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	988	117	231	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	543	21	26	---

Período: 09/2023 a 04/2024

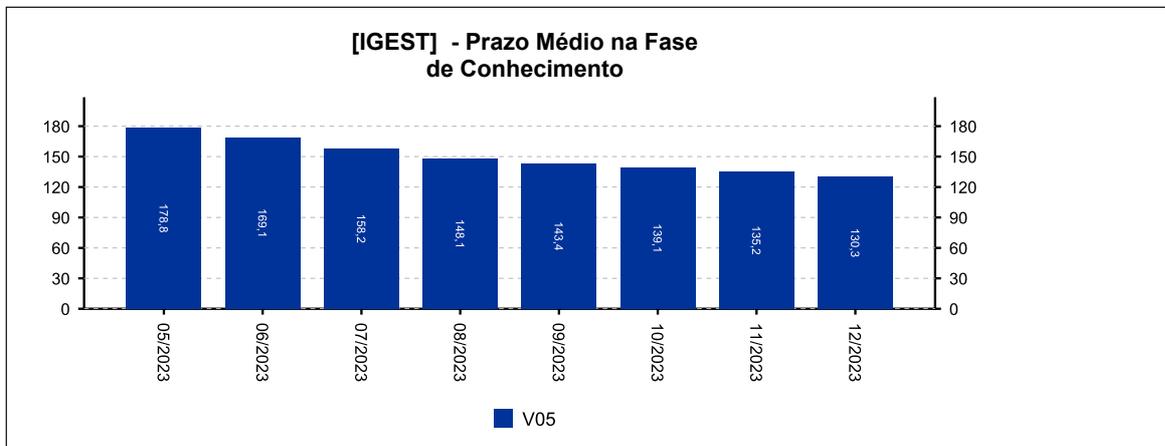
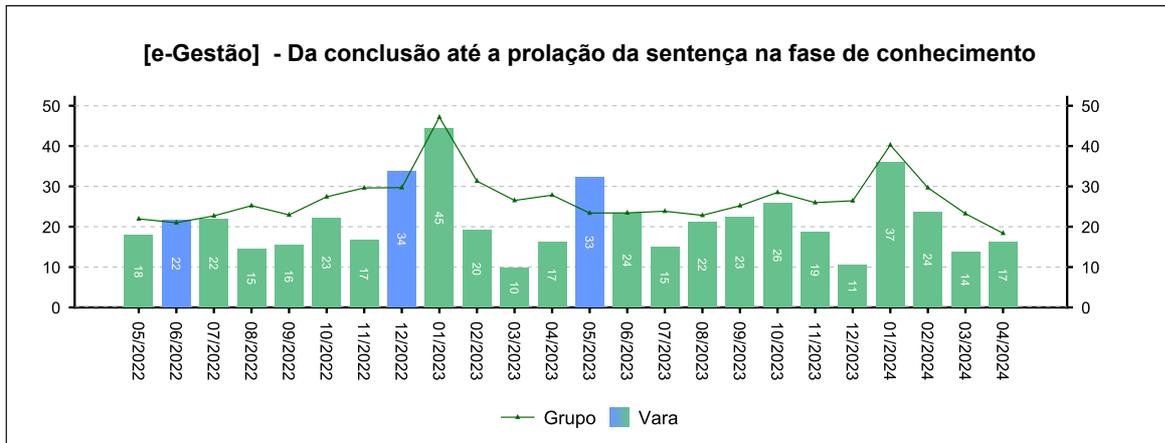
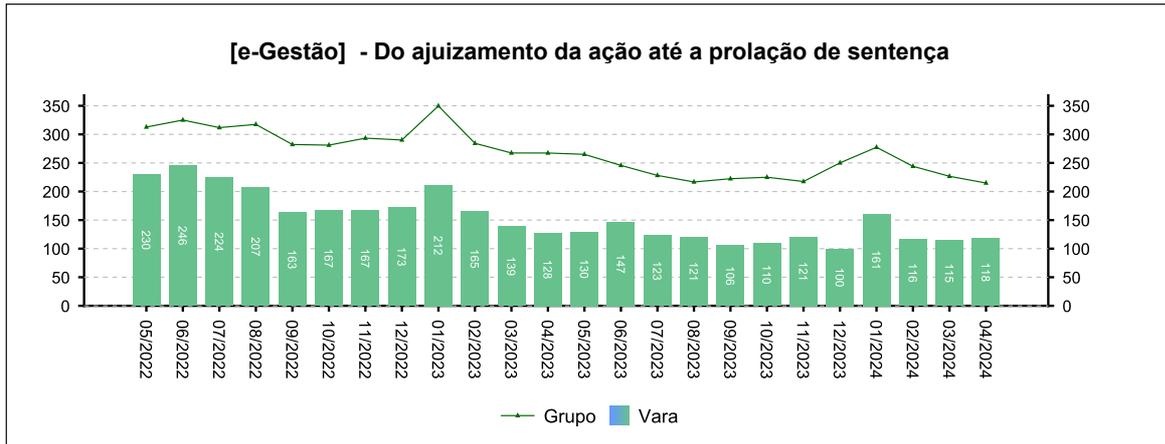




5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.1 - Fase de Conhecimento



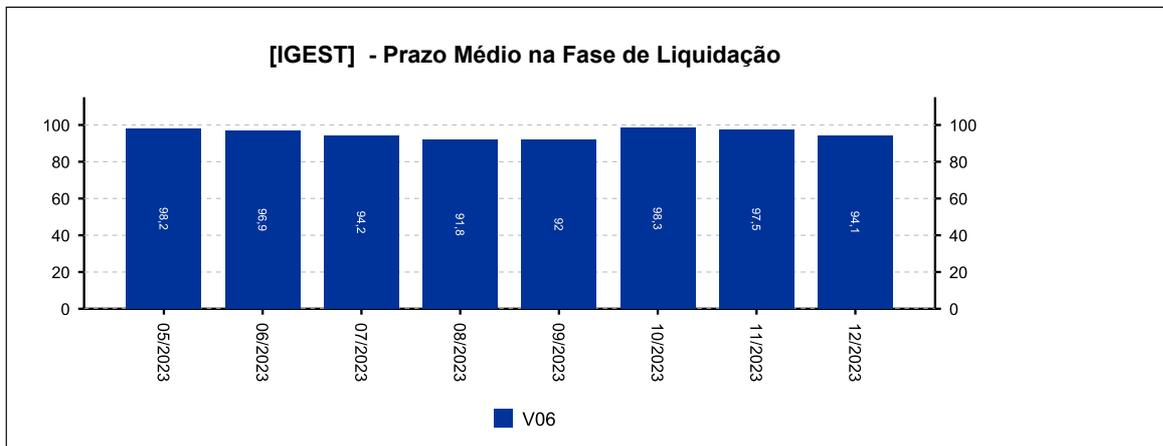
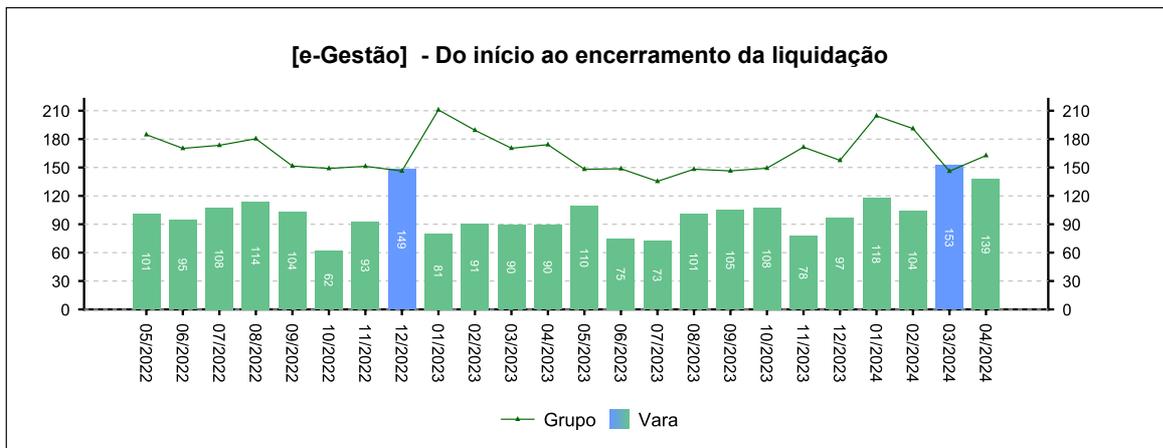


5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.2 - Fase de Liquidação

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação	347	116	165	---
<i>Período: 09/2023 a 04/2024</i>				





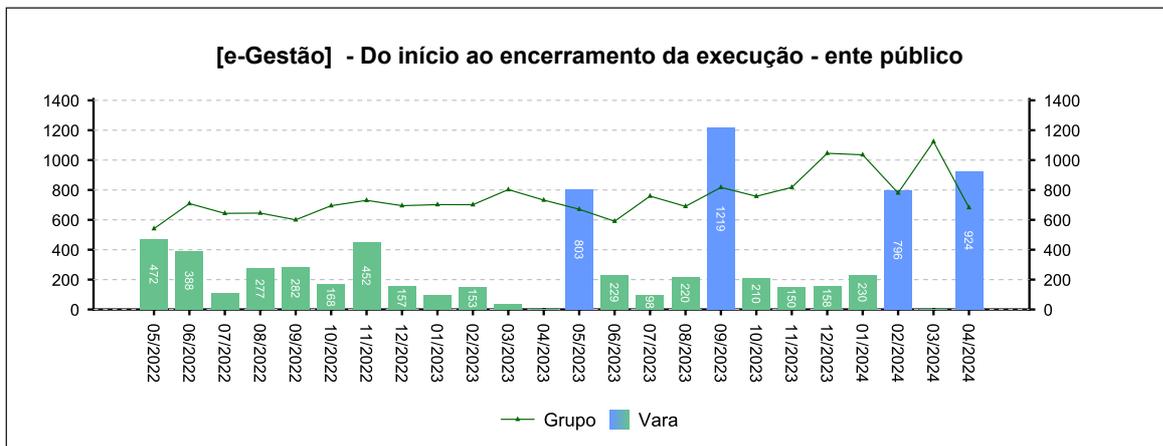
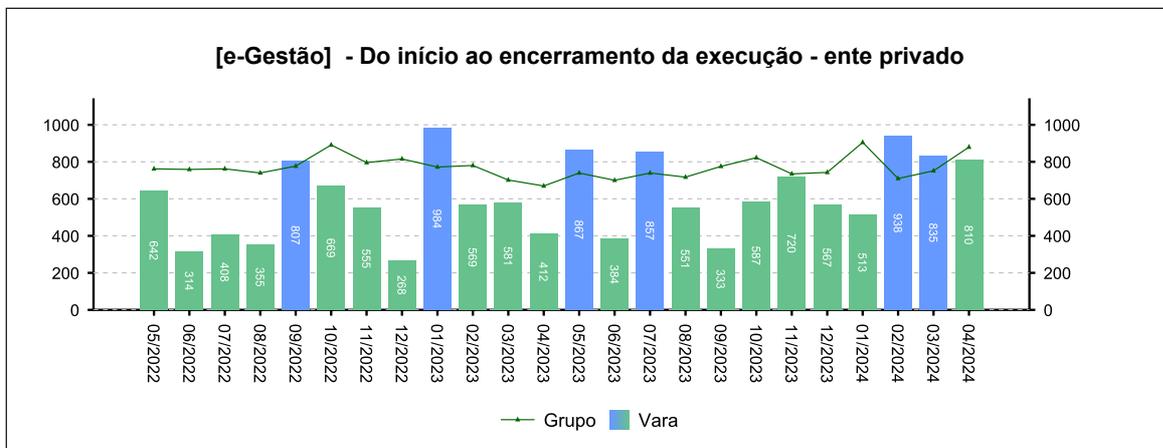
5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	176	685	793	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	60	501	891	---
Total / Média	236	638	818	---

Período: 09/2023 a 04/2024

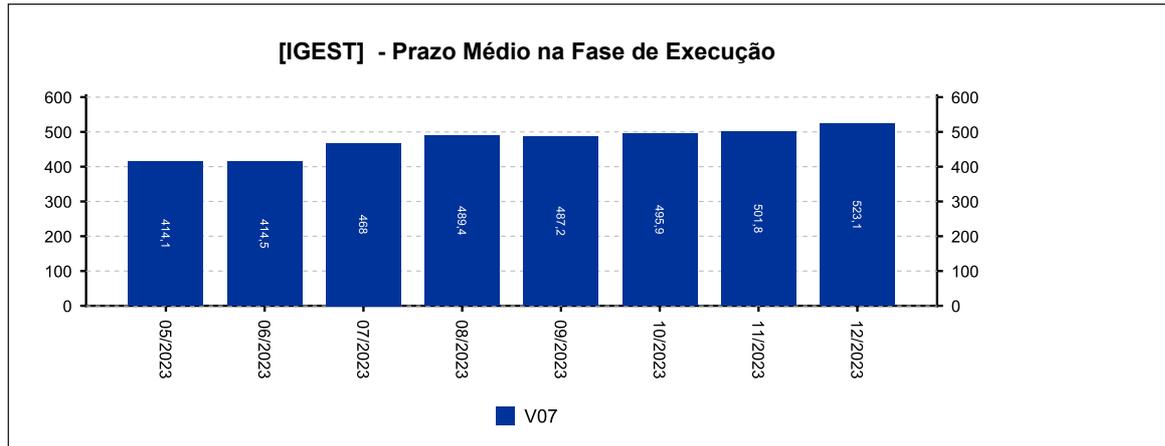




5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

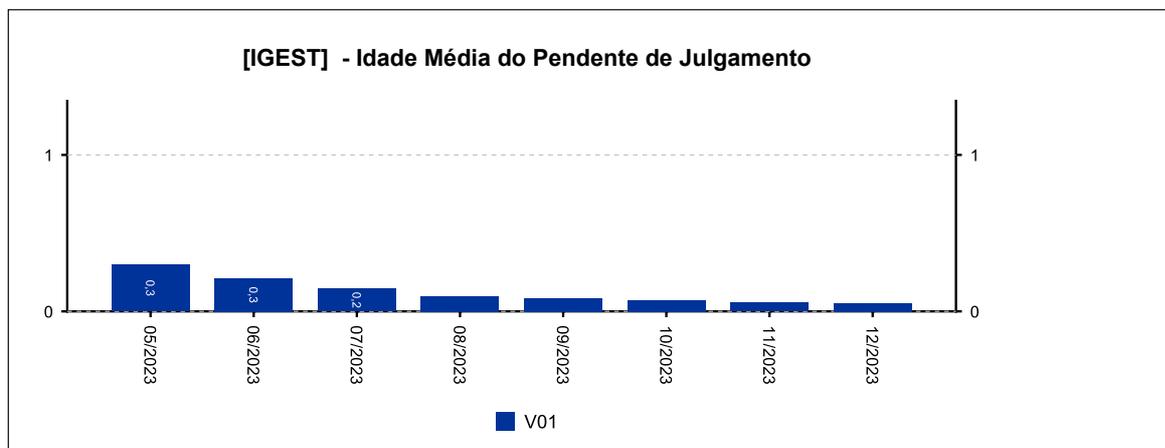
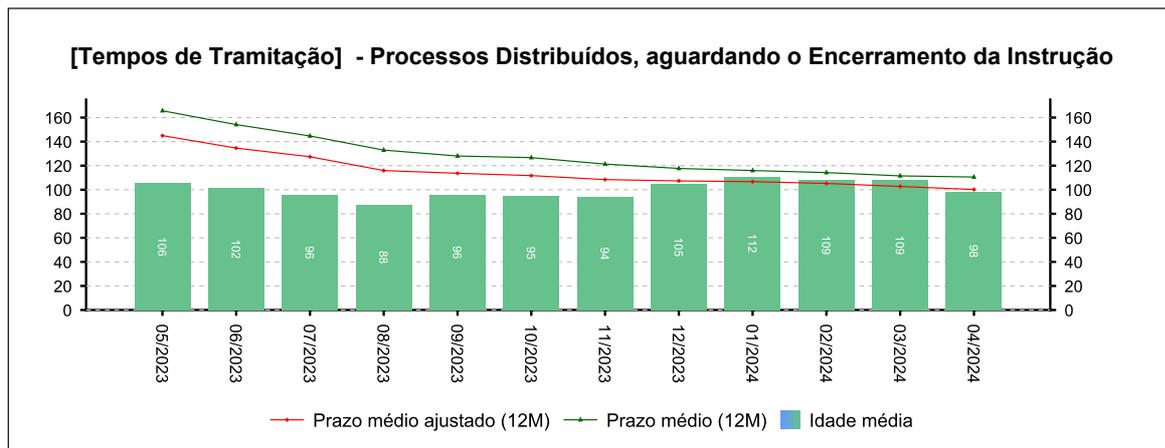
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

6.1 - Processos Distribuídos, aguardando o Encerramento da Instrução

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0011810-69.2020.5.15.0020	18/11/2022	19/11/2020	1.258
0010243-66.2021.5.15.0020	17/05/2021	03/03/2021	1.154
0010440-84.2022.5.15.0020	09/10/2023	31/03/2022	761
0010705-86.2022.5.15.0020	15/06/2022	15/06/2022	685
0010921-47.2022.5.15.0020	22/11/2022	02/08/2022	637

Período: até 04/2024





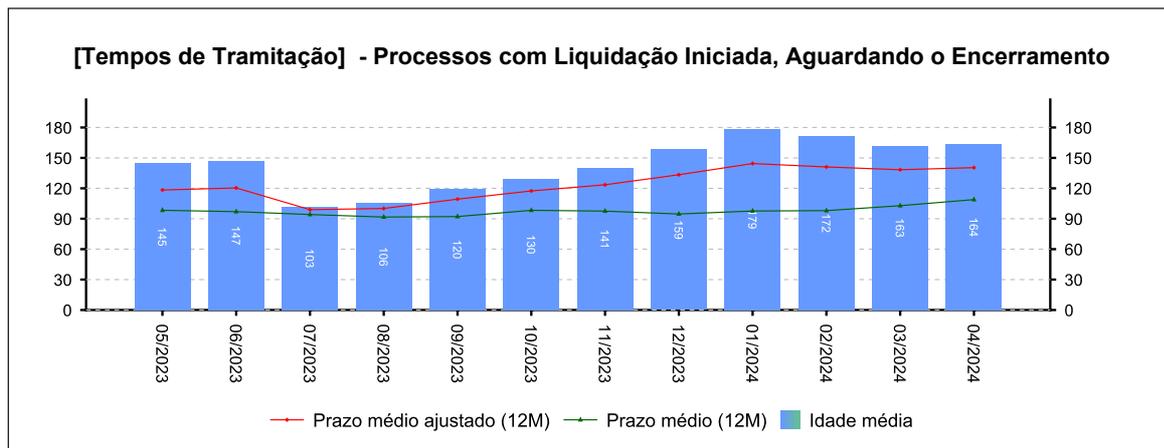
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.2 - Processos com Liquidação Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0010396-46.2014.5.15.0020	16/11/2015	19/09/2014	3.088
0001353-27.2010.5.15.0020	22/05/2016	23/11/2010	2.900
0011863-55.2017.5.15.0020	22/03/2019	18/10/2017	1.866
0000775-64.2010.5.15.0020	26/07/2019	18/06/2010	1.740
0010694-28.2020.5.15.0020	03/06/2020	15/05/2020	1.427

Período: até 04/2024





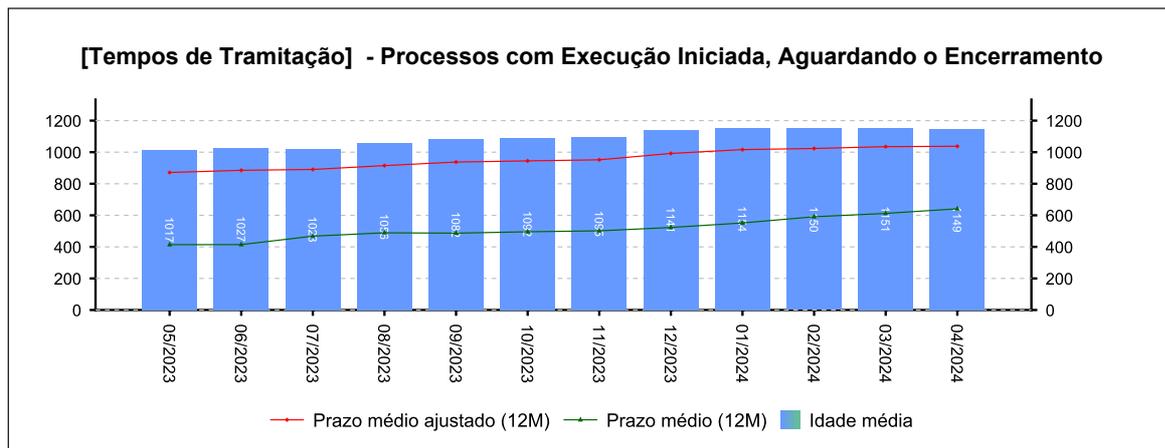
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.3 - Processos com Execução Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0007000-91.1996.5.15.0020	15/01/1996	11/01/1996	10.333
0092700-98.1997.5.15.0020	06/05/1998	12/05/1997	9.491
0074200-76.2000.5.15.0020	06/11/2000	03/04/2000	8.576
0232400-55.1998.5.15.0020	17/04/2002	12/11/1998	8.049
0102500-14.2001.5.15.0020	01/10/2002	18/06/2001	7.882

Período: até 04/2024





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.4 - Resumo

	MAIOR IDADE (DIAS)	MÉDIA (DIAS)	PRAZO MÉDIO (DIAS)	PRAZO MÉDIO ESTIMADO (DIAS)*
Da Distribuição até o Encerramento da Instrução	1258	98	111	100
Do Início ao Encerramento da Liquidação	3088	163	109	140
Do Início ao Encerramento da Execução	10333	1148	641	1037

Período: até 04/2024

*Valor estimado do respectivo prazo médio caso os processos deixassem a pendência, em dias.





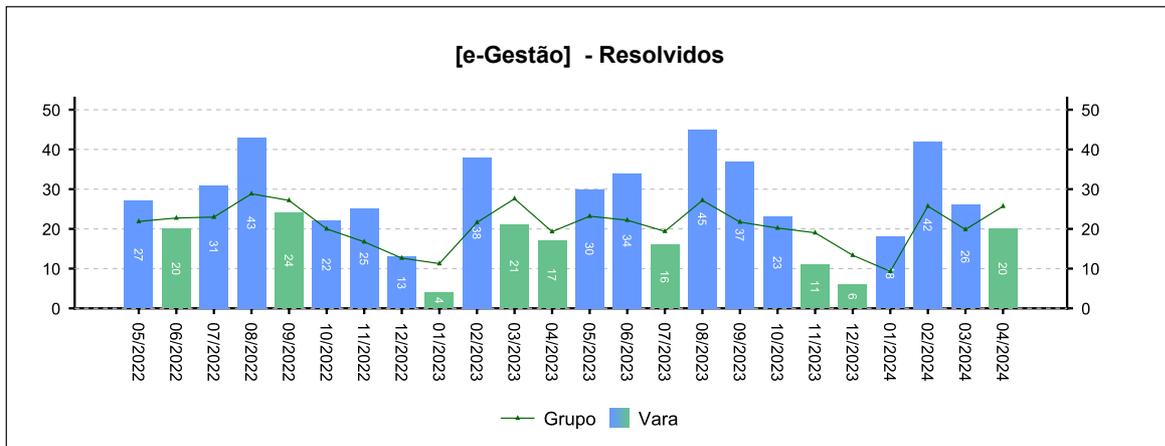
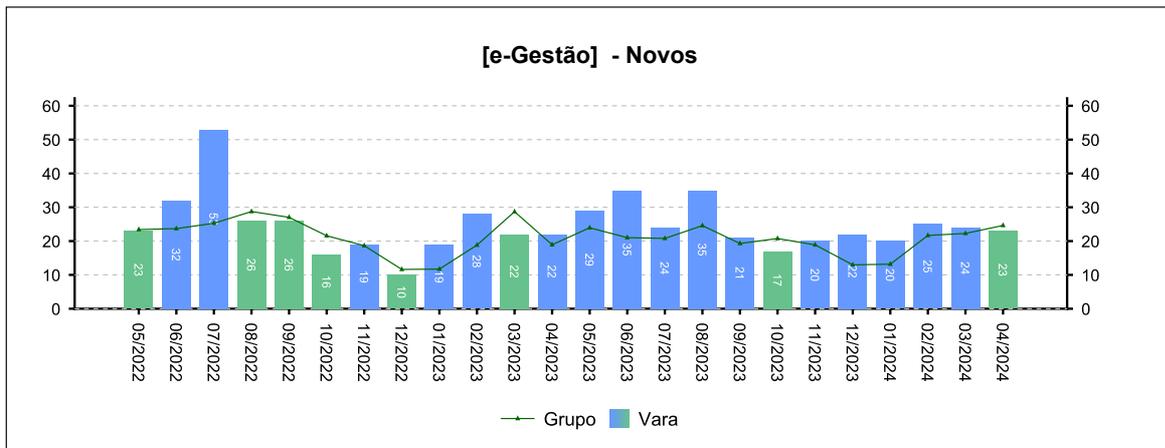
[Voltar](#)

7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
172	183	19
Período: 09/2023 a 04/2024		

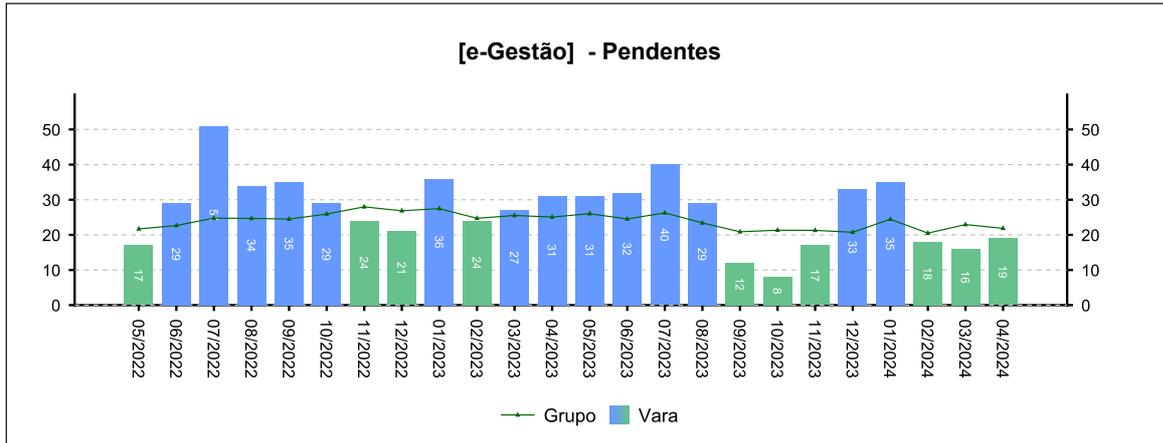




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração





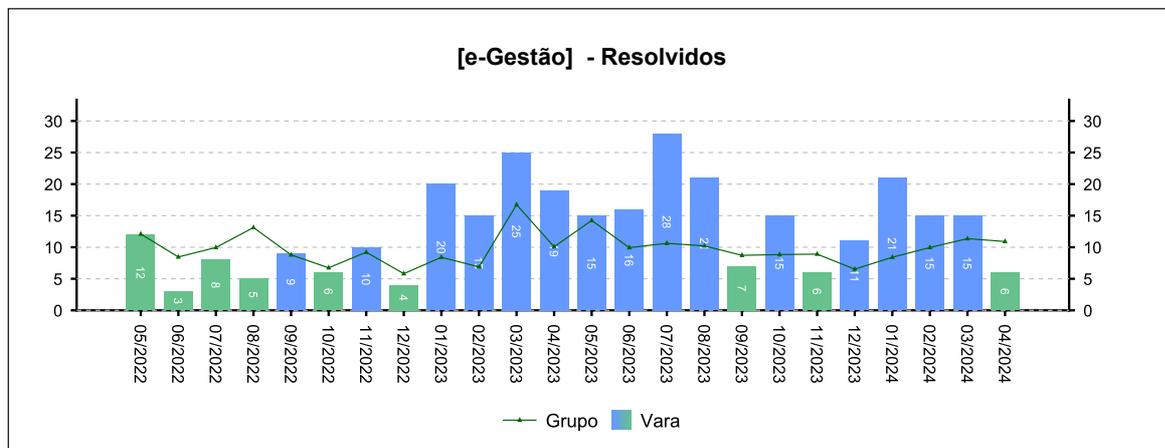
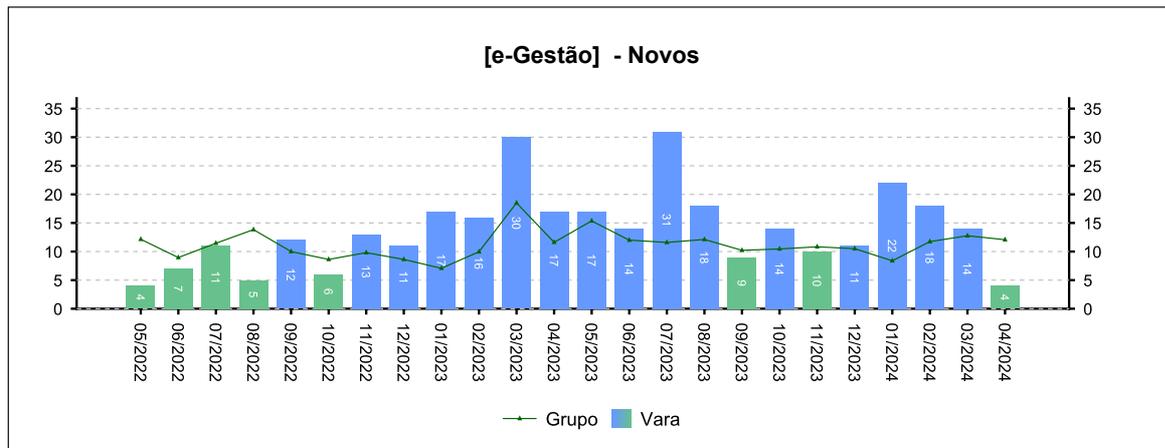
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
102	96	1

Período: 09/2023 a 04/2024

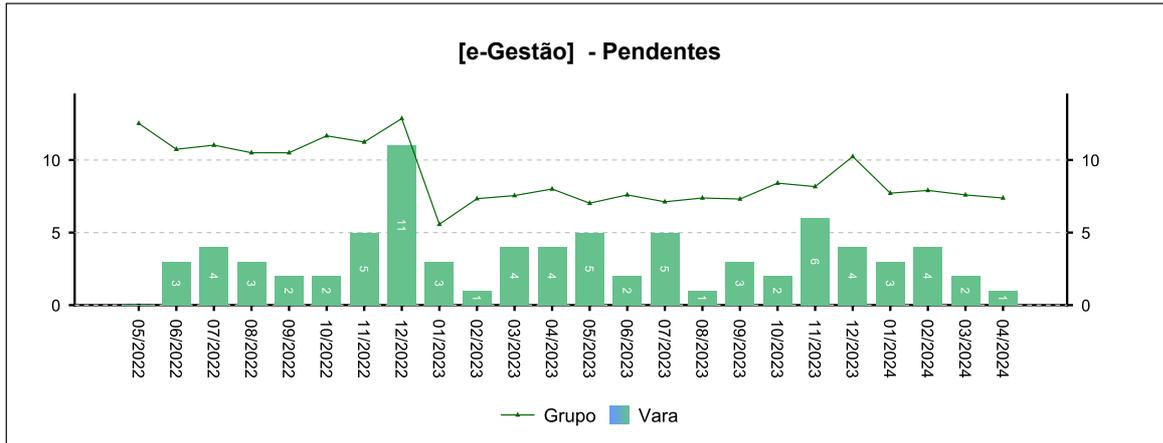




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias





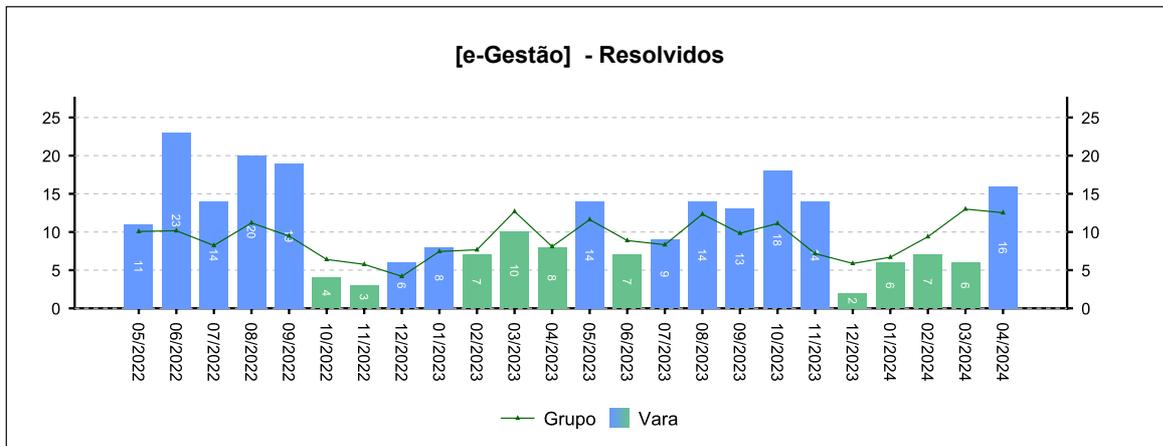
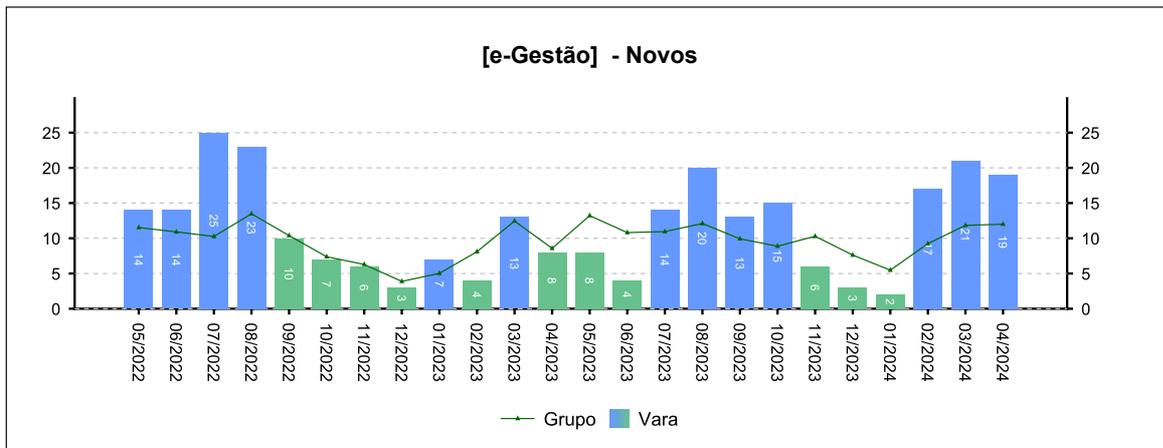
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
96	82	40

Período: 09/2023 a 04/2024

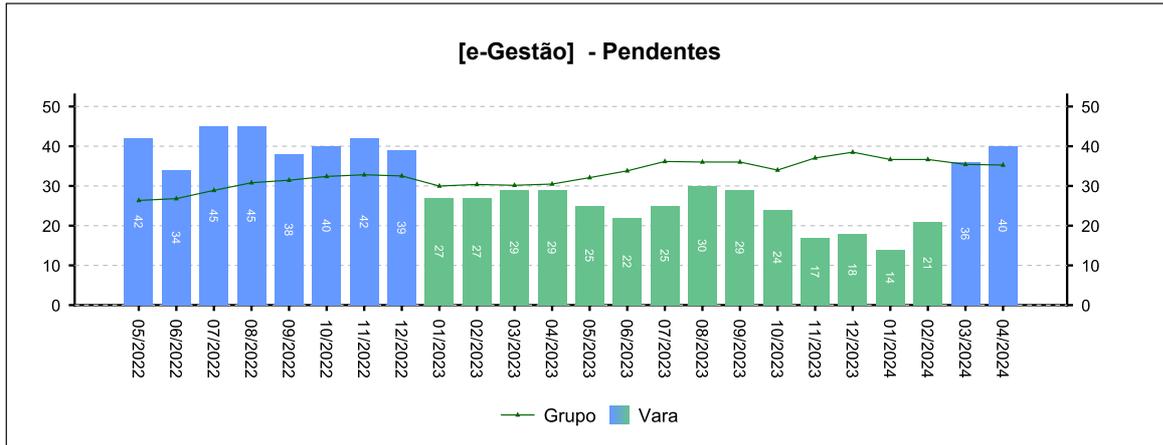




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.4 - Total de Incidentes

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
370	361	60
<i>Período: 09/2023 a 04/2024</i>		





8 - RECURSOS

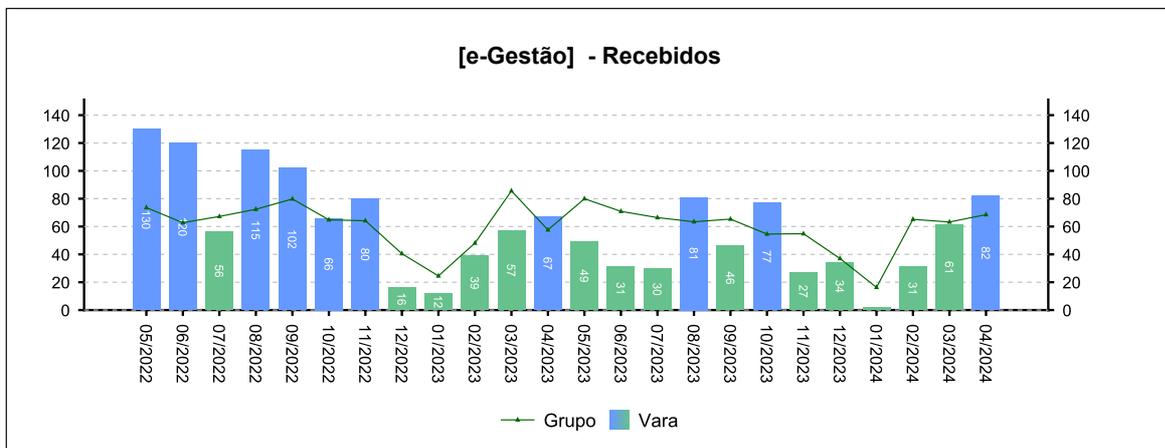
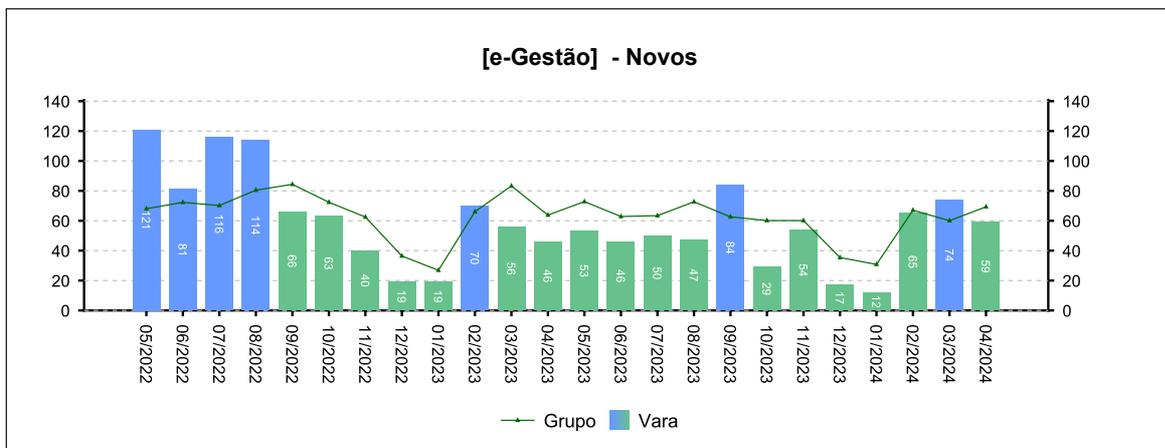
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

8.1 - Recurso Ordinário

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
394	360	64

Período: 09/2023 a 04/2024

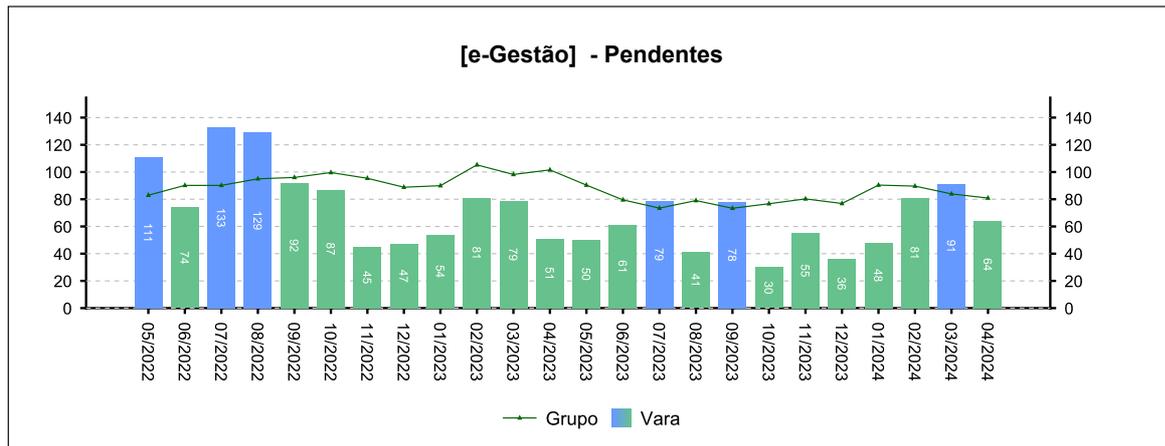




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.1 - Recurso Ordinário



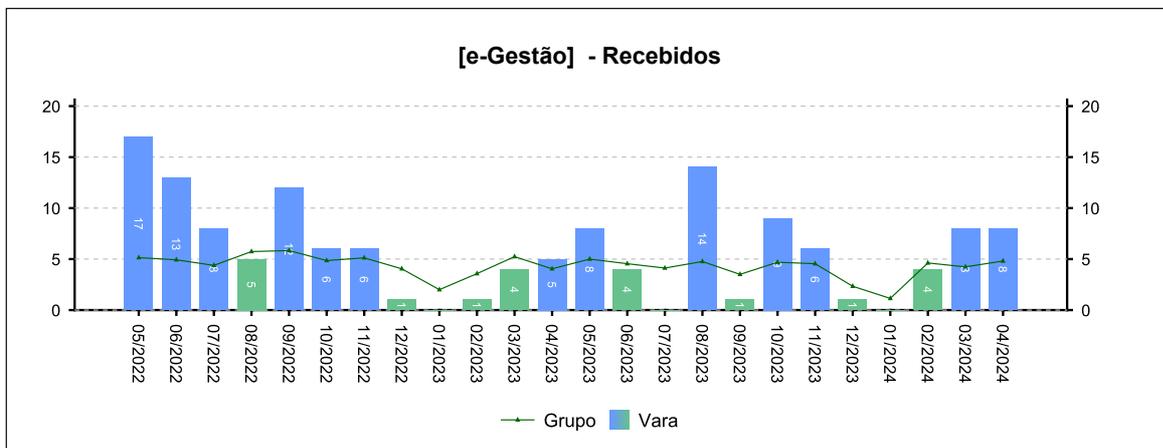
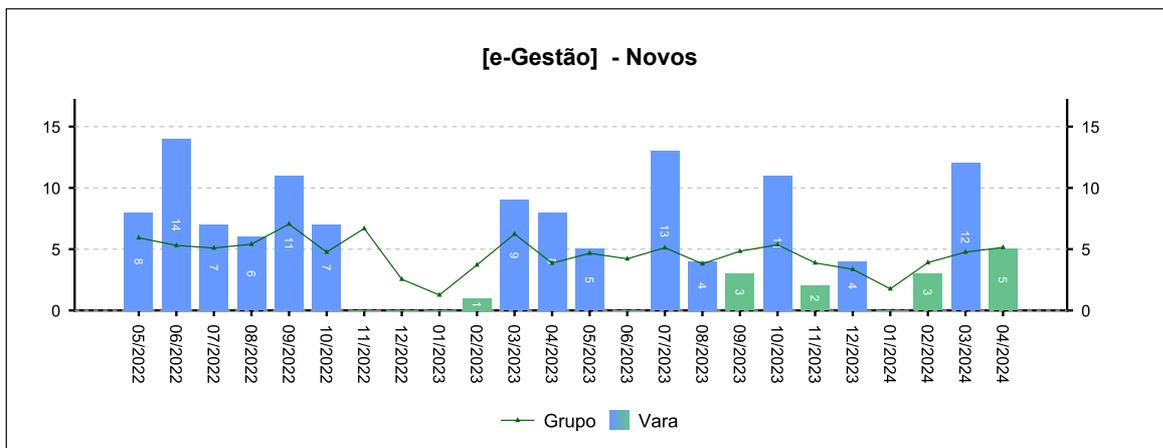


8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
40	37	4
<i>Período: 09/2023 a 04/2024</i>		

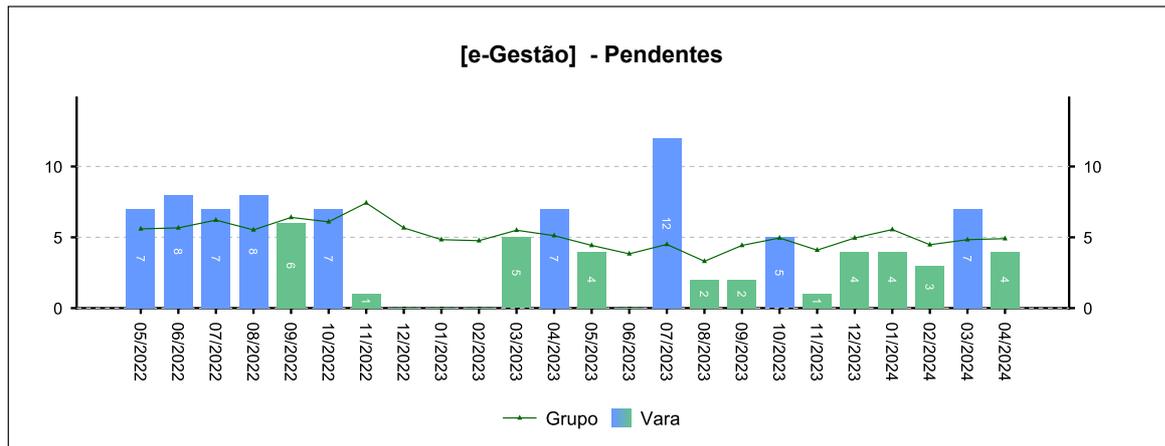




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo





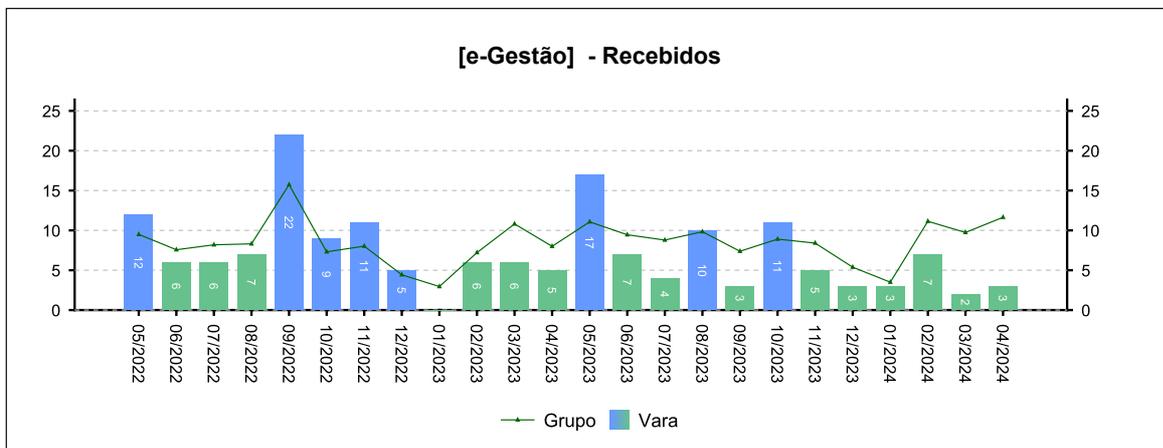
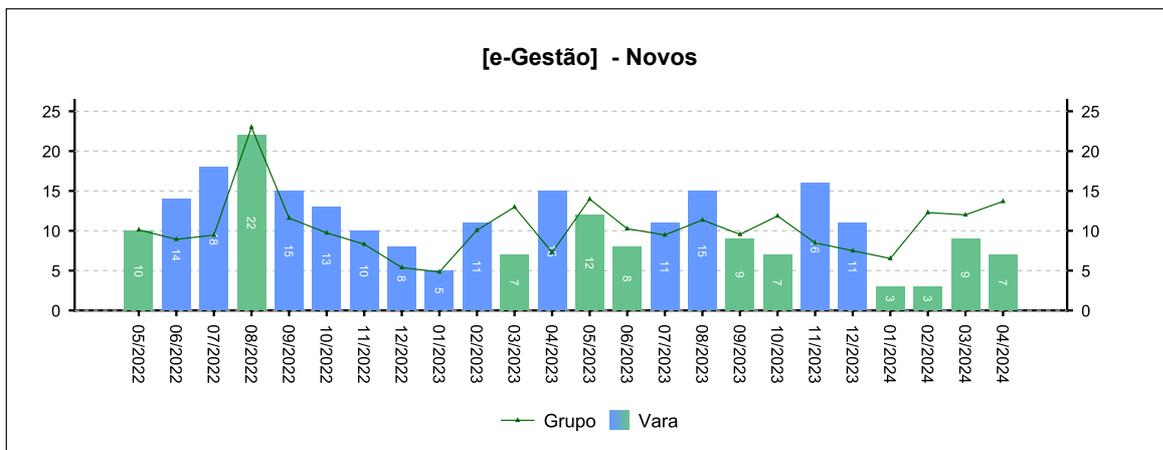
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
65	37	5

Período: 09/2023 a 04/2024

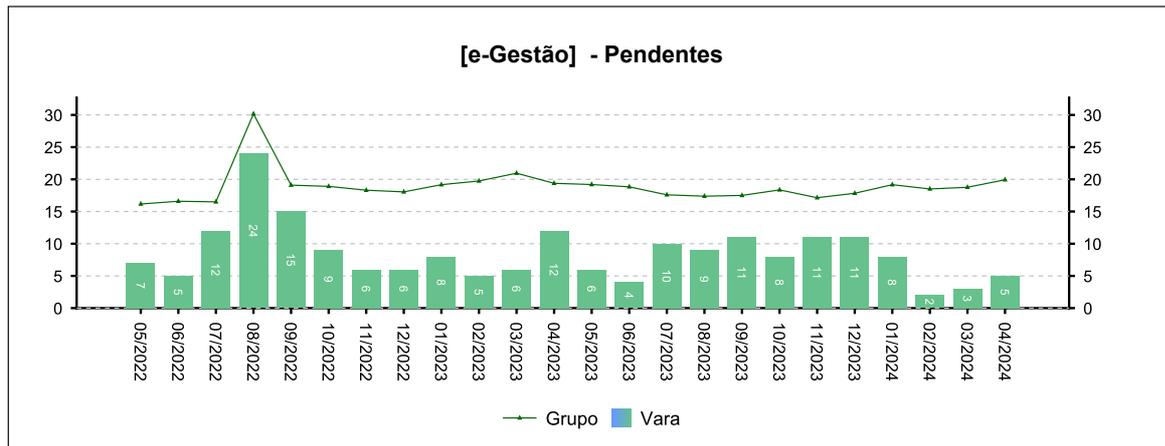




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição





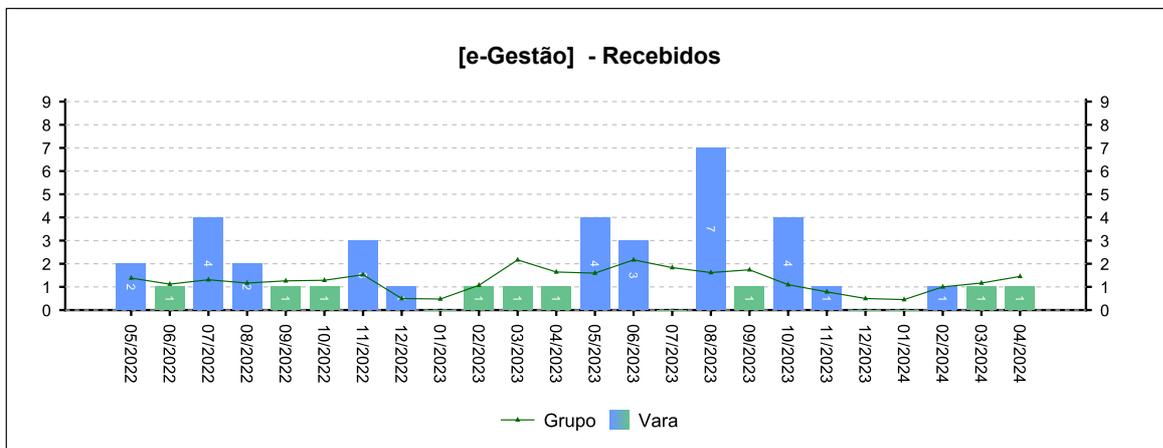
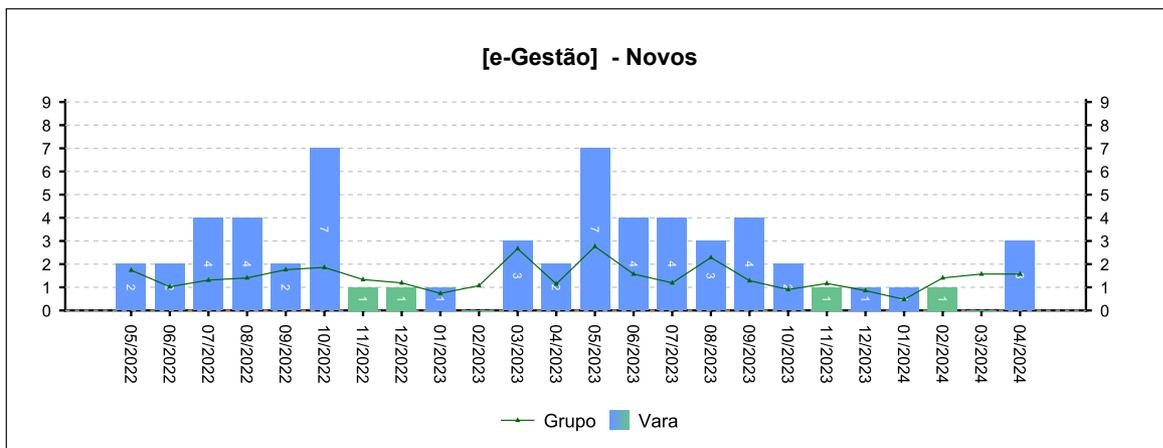
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
13	9	3

Período: 09/2023 a 04/2024

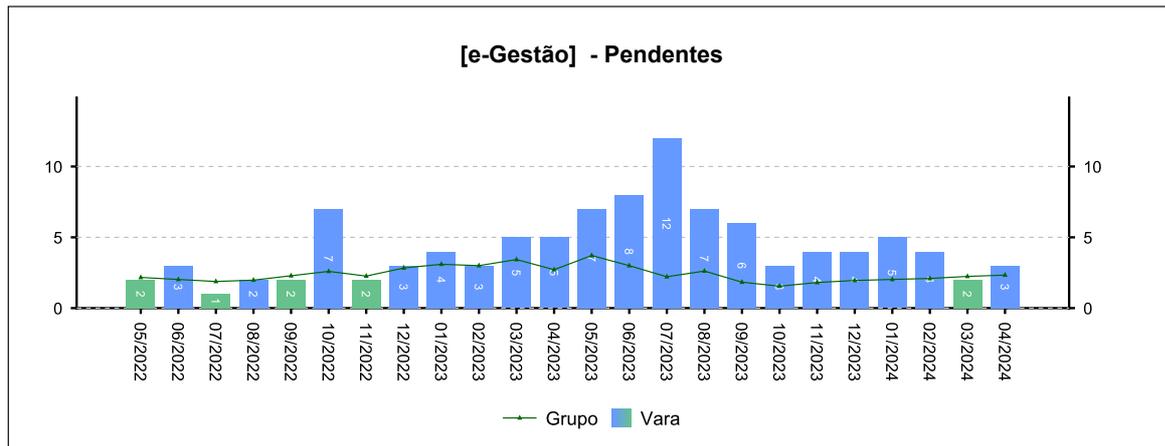




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.5 - Total de Recursos

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
512	443	76

Período: 09/2023 a 04/2024



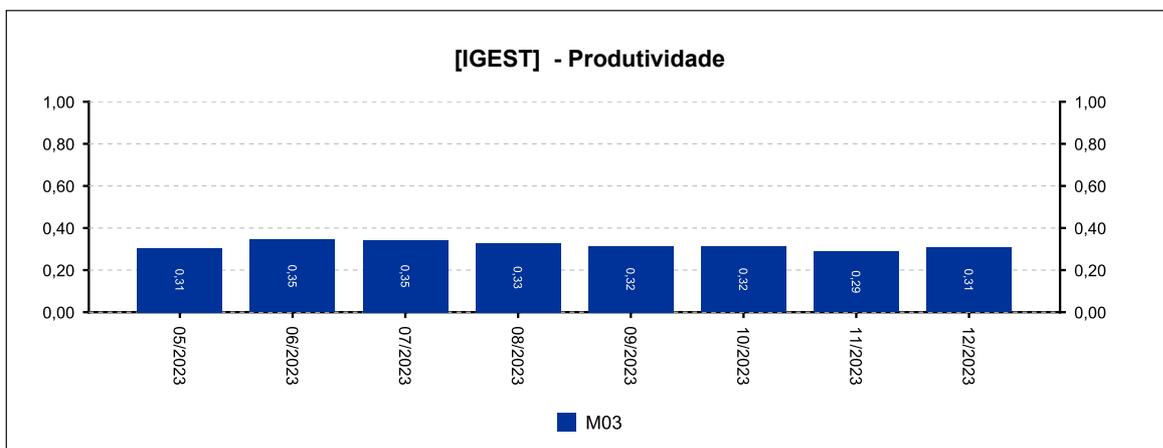
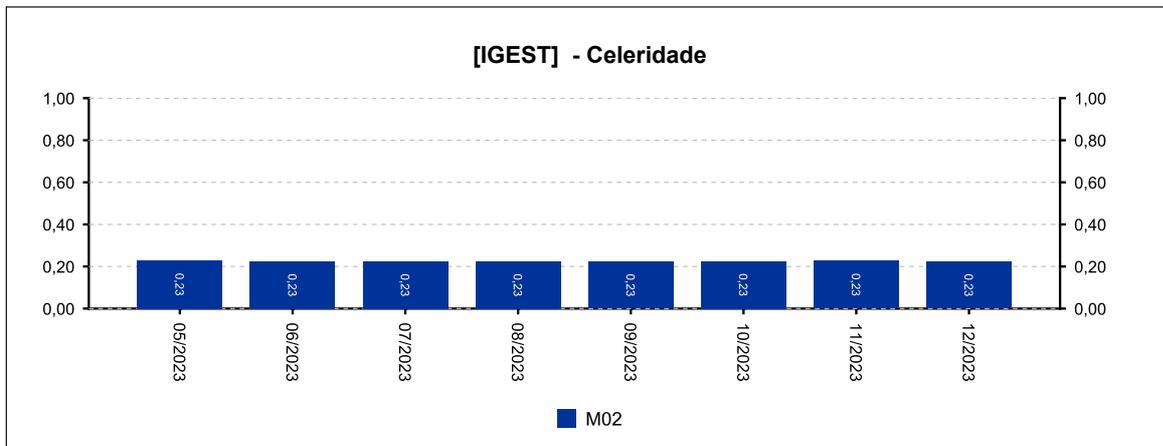
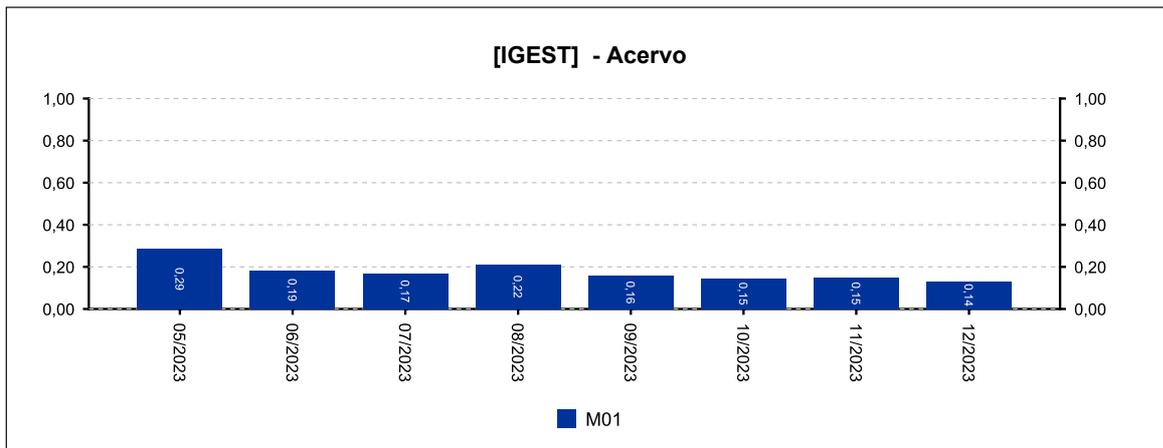


9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

[Voltar](#)

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)

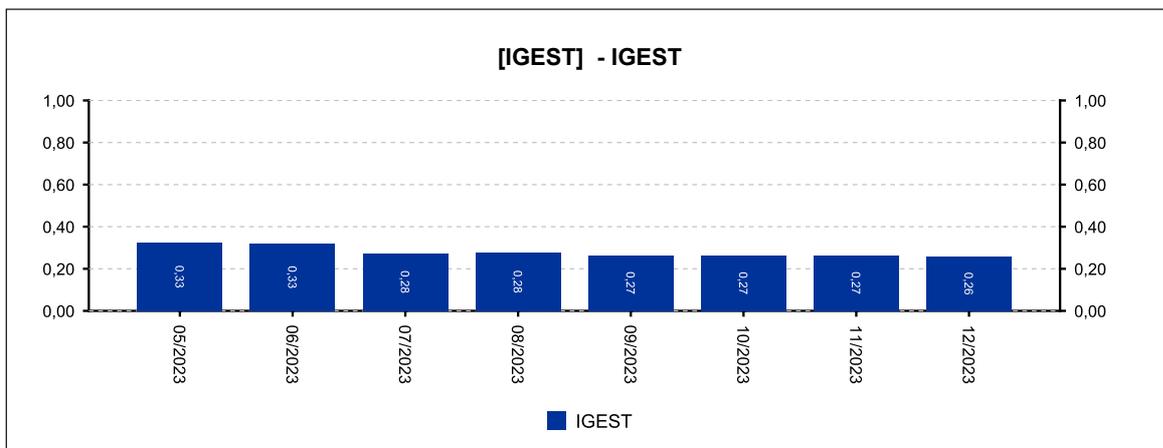
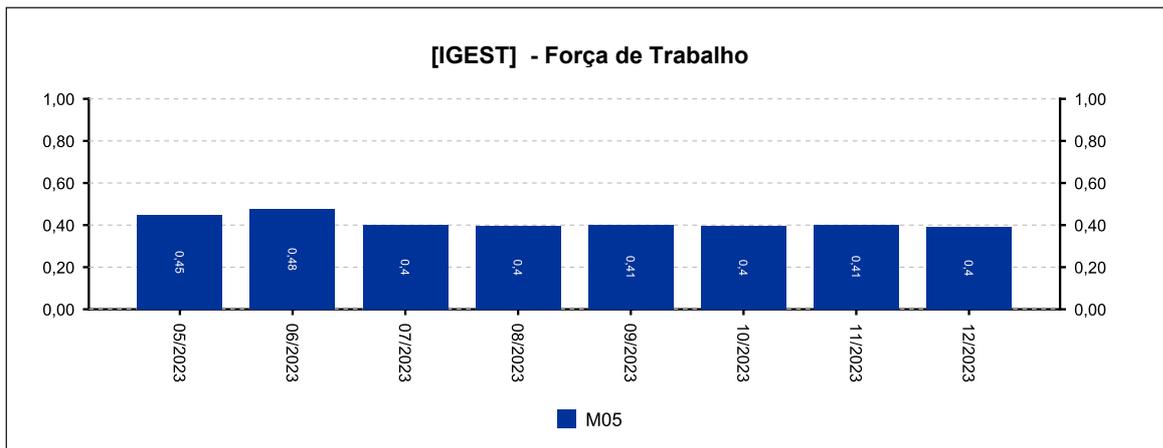
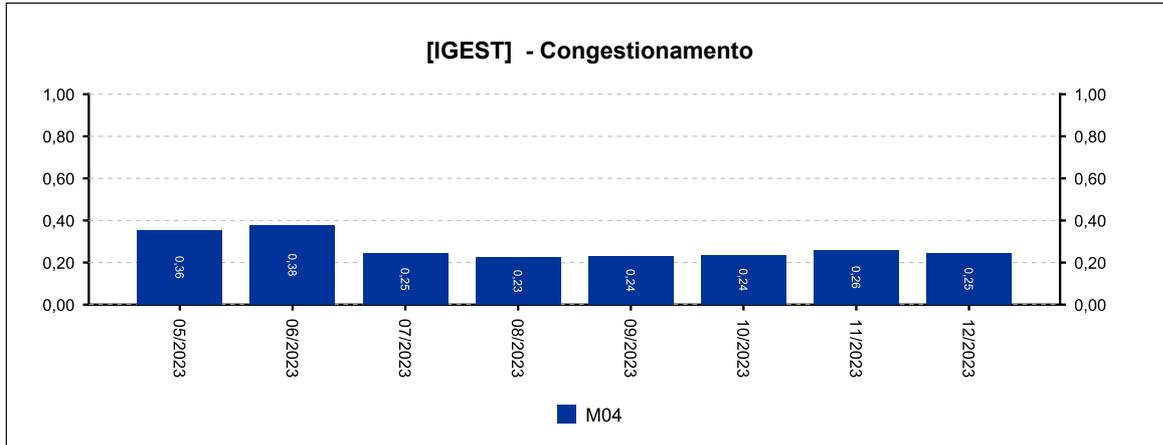
DATA IGEST	M01	M02	M03	M04	M05	IGEST
10/2023	0,1452	0,2255	0,3123	0,2364	0,3952	0,2629
11/2023	0,1478	0,2269	0,2886	0,2594	0,4018	0,2649
12/2023	0,1314	0,2226	0,3059	0,2453	0,3918	0,2594





9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [05/2023 a 04/2024]

[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	827	68,9	40,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	606	50,5	29,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.433	119,4	69,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	106	8,8	5,1
Incidentes Processuais Resolvidos	610	50,8	29,5
Dias-Juiz	620	51,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	23.051	45,7	31,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	28.954	57,4	39,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	52.005	103,2	71,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	6.362	12,6	8,8
Incidentes Processuais Resolvidos	20.252	40,2	27,9
Dias-Juiz	21.782	43,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	99.505	54,2	32,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	134.122	73,1	43,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	233.627	127,2	76,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	31.194	17,0	10,1
Incidentes Processuais Resolvidos	98.385	53,6	32,0
Dias-Juiz	92.273	49,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

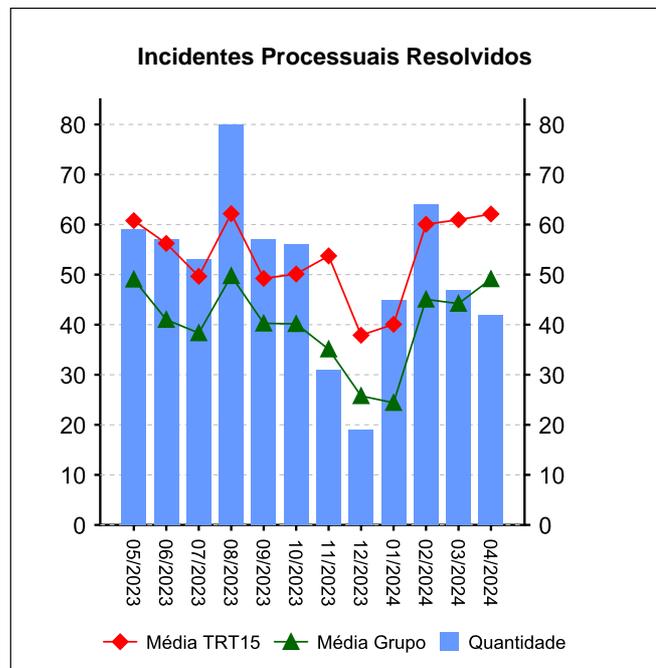
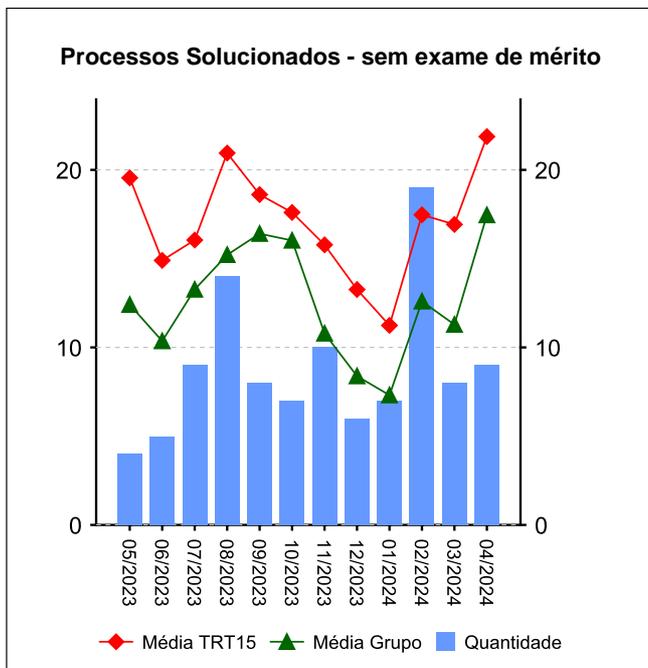
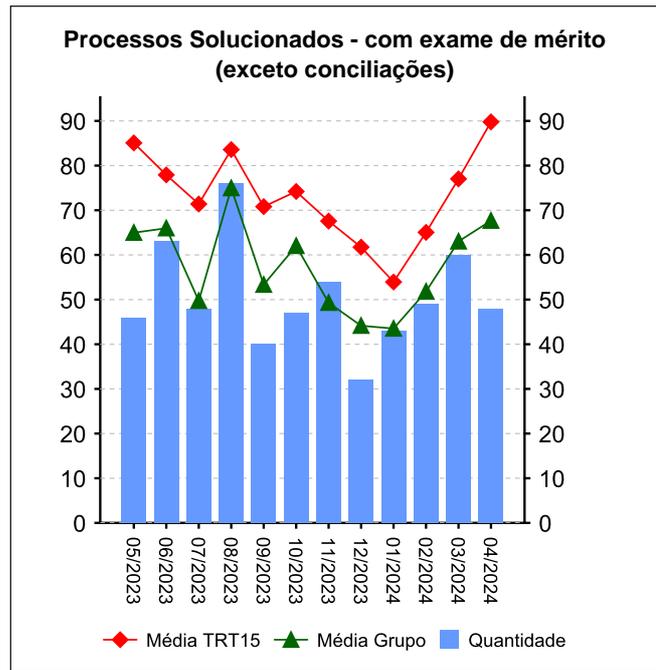
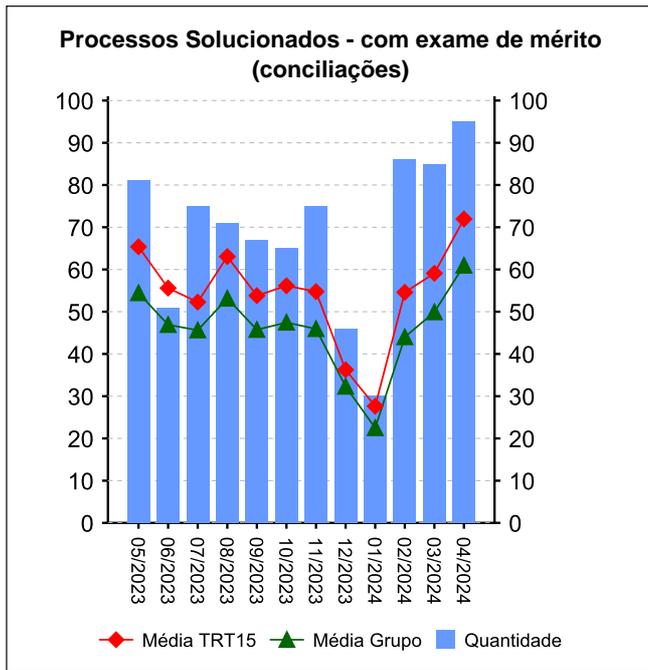




10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [05/2023 a 04/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [05/2023 a 04/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	283	23,6	13,7
Sessões de audiência realizadas - una	1.053	87,8	51,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	479	39,9	23,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	246	20,5	11,9
Sessões de audiência realizadas - justificação prévia	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução e julgamento	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - encerramento de instrução	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - inquirição de testemunha (juízo	2	0,2	0,1
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.336	111,3	64,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	725	60,4	35,1
Dias-Juiz	620	51,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	21.782	43,2	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	92.273	49,9	---

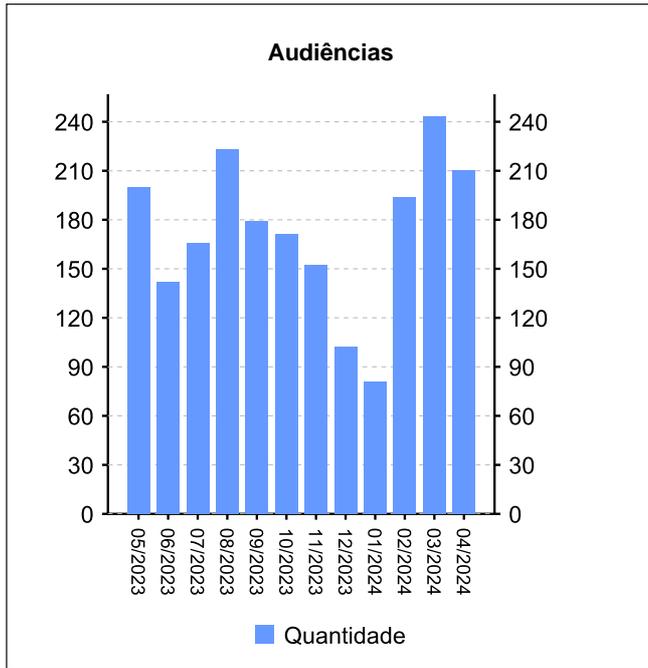




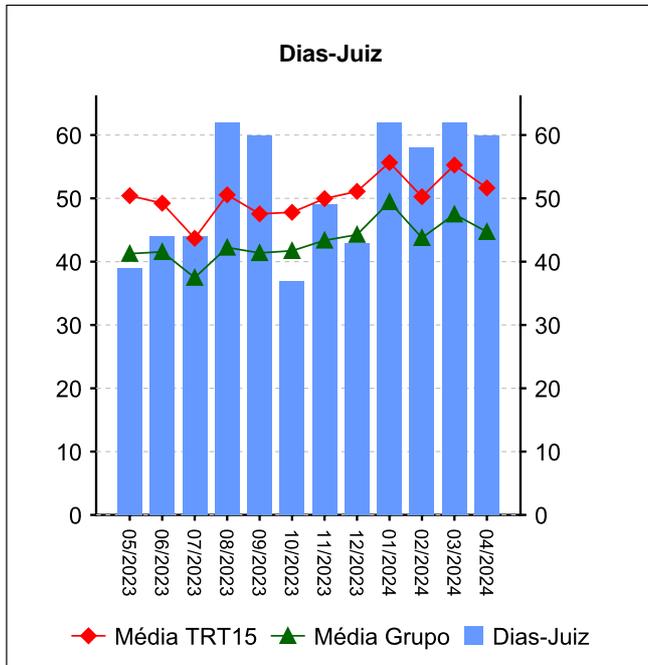
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [05/2023 a 04/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
05/2023	45	31	0	19	105	200
06/2023	25	24	0	25	68	142
07/2023	31	20	0	34	81	166
08/2023	50	28	0	18	127	223
09/2023	35	17	0	16	111	179
10/2023	47	19	0	40	65	171
11/2023	44	16	0	23	69	152
12/2023	40	11	0	18	33	102
01/2024	25	2	0	11	43	81
02/2024	45	22	0	21	105	193
03/2024	43	31	0	39	129	242
04/2024	49	25	0	19	117	210
Total	479	246	0	283	1053	2061



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
05/2023	39
06/2023	44
07/2023	44
08/2023	62
09/2023	60
10/2023	37
11/2023	49
12/2023	43
01/2024	62
02/2024	58
03/2024	62
04/2024	60
Média Mensal	51,7





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



[Voltar](#)

11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

(fonte: e-Gestão)

ANO	QTD PROCESSOS
2021	1345
2022	1301
2023	1476
2024 (*)	516

(*) Período: 01/2021 a 04/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECAÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

CUSTAS E EMOLUMENTOS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 115.739,44	R\$ 3.122,09	R\$ 201.819,17
<i>Período: 09/2023 a 04/2024</i>		





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

ANO	PROCESSOS
2020	1
2021	2
2022	10
2023	154
2024	316
Período: até 04/2024	

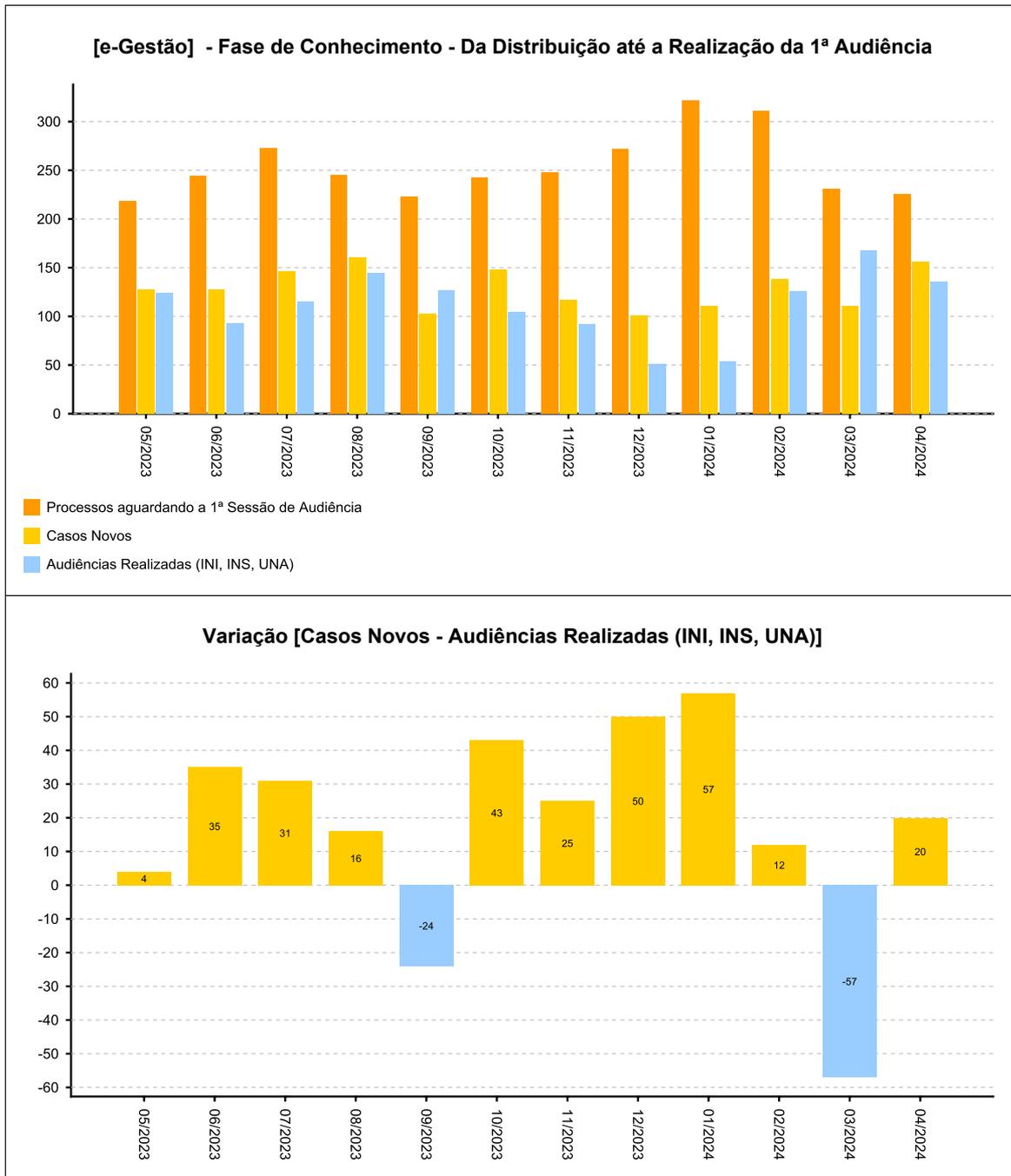




14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 04/2024]

[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão)





14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 04/2024]

(fonte: e-Gestão)

